



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro iniciada a 4ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada com a finalidade de ouvir o Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo, até pouco tempo Presidente desta Comissão, que prestará esclarecimento sobre o projeto de lei orçamentária para 2006.

Para melhor andamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a exposição, podendo ser aparteadado, desde que o permita.

Conforme o estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interperlar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que, a partir deste momento, a lista de inscrições para o debate está aberta.

Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, V.Exa. vai inscrever os Congressistas para que possam debater com o Sr. Ministro?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - As inscrições estão abertas.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Desculpe-me, eu não ouvi. Inscreva-me, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Houve um pequeno defeito no CD. Vamos aguardar alguns minutos.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Sr. Presidente, trouxemos um CD para fazer a apresentação, mas, lamentavelmente, ele está com defeito. Então, queremos pedir alguns minutos para receber o material por *e-mail* aqui na Comissão e, assim, dar início à apresentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedido.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sr. Presidente, peço desculpas se V.Exa. já tiver feito essa comunicação, mas gostaria de obter informações sobre nossa reunião com o Colégio de Líderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - A reunião das Lideranças será realizada logo após esta audiência, na sala da Presidência.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Perfeito. Trataremos dos créditos e da escolha dos Relatores-Setoriais?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos discutir os critérios.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Os critérios para escolha dos Relatores-Setoriais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Pedimos silêncio ao auditório. O CD já chegou.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Paulo Bernardo.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Obrigado, Sr. Presidente.

Peço ao Sr. Ariosto Antunes Culau, Secretário de Orçamento Federal, que faça a apresentação e depois farei os comentários.

**O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU** - Boa-tarde, senhores membros da Comissão.

Quero apresentar algumas considerações sobre a proposta orçamentária de 2006.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Em primeiro lugar, ela segue alguns princípios, quais sejam visão de um orçamento com base em crescimento com responsabilidade fiscal, prioridade à política social, ampliação dos investimentos públicos e melhoria da qualidade e eficiência do Orçamento.

No caso da qualidade e da eficiência do Orçamento, destacaríamos a ênfase no controle das despesas correntes e o aprimoramento dos sistemas de priorização, seleção, implementação e monitoramento dos investimentos públicos, com destaque para a continuidade do projeto piloto de investimentos.

Em relação aos parâmetros adotados na elaboração da proposta orçamentária, seguiram, em sua linha básica, os parâmetros apontados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, um crescimento real



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do PIB estimado em 4,5%, contra 13,40% de 2005, constante da última avaliação bimestral, encaminhada a este Congresso.

Quanto à taxa de juros, há estimativa de redução neste ano e no próximo ano — no final do ano, estimamos em 18% e, no próximo ano, em 16,5%; quanto à taxa de inflação, estamos trabalhando com 4,5% a média do IPCA para 2006; quanto ao PIB nominal, pretendemos chegar a 2,1 milhões; o IR médio, índice de estimativa de receita adotado para efeito de estimativa das receitas constantes do Orçamento, situa-se, em 2006, em 4,81%.

Quanto ao salário mínimo, a regra adotada, que se baseia na Lei de Diretrizes Orçamentárias, considera um crescimento de 1,94% real, baseado na evolução do PIB *per capita*, mais 5,03%, corrigido pelo INPC, indicador utilizado para correção dos benefícios da Previdência Social.

No que diz respeito aos números, a proposta orçamentária total estimada é de 1 trilhão, 676 bilhões e 700 milhões de reais, dos quais 834 bilhões de reais se referem ao refinanciamento da dívida pública, que não tem efeito prático sobre as despesas, constitui-se tão-somente na rolagem dos títulos públicos, nas receitas e despesas resultantes da rolagem da dívida pública mobiliária.

Dessa forma, o Orçamento Geral da União líquido monta a 842 bilhões de reais, dos quais 41,7 bilhões de reais se referem a investimentos das empresas estatais, restando para o orçamento fiscal e da seguridade social a importância de 800 bilhões de reais. Destes, 527 bilhões dizem respeito ao orçamento fiscal, e 273 bilhões de reais ao orçamento da seguridade social.

Descontadas as receitas e despesas financeiras, que montam a 277 bilhões de reais, o conceito que se utiliza para efeito da gestão fiscal do Orçamento, aquele das receitas e despesas primárias, alcança a cifra de 523,3 bilhões de reais. O orçamento fiscal e da seguridade social, portanto, no conceito primário — receitas de despesas primárias —, é de 523,3 bilhões de reais.

Em relação aos 523,3 bilhões de reais, fizemos um quadro-resumo, em que são evidenciadas as destinações do acréscimo de receitas verificado em relação a 2005. Portanto, a receita primária total estimada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, de 523,3 bilhões de reais, representa um acréscimo de 47 bilhões de reais em relação à receita estimada em 2005.

Desses itens, destaca-se a receita administrada pela Receita Federal, em torno de 25,9 bilhões de reais. Estima-se que as transferências crescerão em 7,9 bilhões de reais, e, portanto, o Orçamento computa uma receita líquida de 39,1 bilhões de reais.

A apropriação desse excedente de receita em relação a 2005 encontra-se discriminada da seguinte forma: as despesas vinculadas ao salário mínimo são da ordem de 15,5 bilhões de reais, o adicional verificado em relação a 2005 — montam, portanto, a 182,3 bilhões de reais na proposta orçamentária; estima-se que as despesas com pessoal e encargos sociais atinjam 99 bilhões de reais, representando um acréscimo de 6,5 bilhões de reais em relação a 2005.

No conjunto das demais despesas, destacam-se a reserva específica, reserva essa, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em parcela correspondente ao excesso de receitas administradas pela Receita Federal em relação a 16% do PIB. Por sua vez, as despesas discricionárias do Poder Executivo exclusivas e o projeto piloto de investimentos crescem em 8,3 bilhões de reais.

Na seqüência, demonstra-se a distribuição da receita líquida de 2006. Podemos visualizar que, desse adicional de receitas distribuído em 2006, 41,6% correspondem a despesas vinculadas ao salário mínimo; 4,8% a demais despesas obrigatórias; 11,9% dizem respeito ao resultado primário estimado na proposta orçamentária da União e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; 22,6% da receita líquida correspondem a despesas com pessoal e encargos sociais; e 19,1% a despesas discricionárias. Isso evidencia, portanto, alto nível e alto grau de vinculação do Orçamento, o que é sabido de todos.

No quadro da síntese do Orçamento, evidenciamos a composição dos 523 bilhões de reais de forma mais detalhada.

A receita administrada prevista no Orçamento corresponde a 347,2 bilhões de reais, ou 16,24% do PIB; a receita estimada a ser arrecadada pelo INSS a 120 bilhões de reais; e as receitas não administradas a 55 bilhões de reais. A receita líquida estimada é de 438 bilhões de reais.

Sob a ótica das despesas, existem as despesas com pessoal, já citadas, os benefícios previdenciários e outras despesas de custeio capital, que montam a 130 bilhões de reais.

Destacamos aí, portanto, a partir da comparação das receitas e das despesas, o resultado primário estimado para o exercício consolidado, que totaliza 90,9 bilhões de reais, sendo composto por 52,4 bilhões de reais, ou 2,45% do PIB, relativo ao orçamento fiscal e da seguridade social da União; 15 bilhões de reais, ou 0,70% do PIB, correspondentes ao orçamento de investimento das



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

empresas estatais; e 23,5% do PIB correspondentes ao resultado primário previsto para Estados e Municípios, 1,10% do PIB, ou 23,5 bilhões de reais.

Portanto, verificamos que o esforço maior empreendido para as empresas estatais em 2005, em 2006, deve gerar uma possibilidade maior de investimentos das empresas estatais, um montante aproximado de 6 bilhões de reais.

Quanto ao limite da Receita Federal do Brasil, estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi de 16% do PIB, as estimativas de receita, todavia, indicaram percentual e valor nominal maior para as receitas administradas pela Receita Federal. Como vimos, esses valores chegam a 16,24% do PIB.

O recurso excedente em relação aos 16%, nos termos do que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias, seria constituído na forma de reserva específica. E assim o foi, na proposta orçamentária da União, destinado para as seguintes finalidades: medidas de desoneração tributária, ampliação da despesa obrigatória e investimentos. Essa reserva específica foi estimada, na proposta orçamentária, em 4,4 bilhões de reais.

Cabe destacar, todavia, que, em função de incorreção verificada na estimativa de receitas do Imposto de Renda da Pessoa Física, o Poder Executivo está encaminhando — deve chegar hoje ou amanhã, no máximo — ao Congresso mensagem retificadora, a fim de corrigir a projeção constante da proposta orçamentária encaminhada em 31 de agosto.

Essa constatação de que a alíquota do Imposto de Renda deve ser mantida em 27,5% do PIB, em razão de dispositivos legais revogados que permitiam que a tabela se estendesse até dezembro deste ano, deve resultar numa elevação da receita, estimada na proposta orçamentária originalmente encaminhada, de 2,9 bilhões de reais.

Essa apropriação do excedente de 2,9 bilhões de reais, conforme constará da mensagem retificadora da proposta encaminhada ao Congresso, deverá ser destinada da seguinte forma: 86,7 milhões de reais, em função da estimativa de receita, devem ser apropriados a transferências para fundos constitucionais, em função de disposição constitucional e repartição de receita; 1 bilhão, 271 milhões de reais devem ser direcionados para fundos de participação de Estados e Municípios; 30,6 milhões de reais constituirão reserva de contingência estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que corresponde ao montante de 2% da receita corrente líquida; e o restante, 1 bilhão, 501 milhões de reais, será destinado à reserva específica voltada à ampliação da desoneração de tributos que já estavam previstos na proposta original do Poder Executivo.

Dessa forma, com essa mensagem retificadora a ser encaminhada ao Congresso, a alocação da reserva específica, que hoje totaliza 4 bilhões e 400 milhões de reais, deverá totalizar 5 bilhões, 930 milhões de reais e será destinada, no seu crescimento, na variação identificada de 1 bilhão e 500 milhões de reais, à desoneração de tributos, que, na estimativa original, eram de 1,1 bilhão de reais e passarão para 2,6 bilhões de reais.

Portanto, o acréscimo de receita relativo ao Imposto de Renda da Pessoa Física, estimado posteriormente ao encaminhamento da proposta original, será destinado a seu cumprimento legal de transferências constitucionais e ao incremento dos valores previstos para desoneração tributária.

Com isso, há uma evolução da receita administrada pela Receita Federal do Brasil, que, estimada na proposta orçamentária em 16,46% do PIB, em 2005, deverá atingir, com essa nova correção, com essa retificação encaminhada pelo Poder Executivo, 16,37% do PIB.

Em relação ao cumprimento dos limites estabelecidos na LDO para comprometimento com despesas correntes primárias, a proposta orçamentária contempla o atendimento desse limite. Além disso, um terço dessa despesa está incluída também como despesa primária e dentro do limite dos 17%. Na proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional, ao Poder Legislativo, essas despesas totalizam 16,9% do PIB, portanto compatíveis com o limite fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A composição da despesa corrente primária está apresentada nesse gráfico, em que 44% dessas despesas correntes primárias se referem a benefícios previdenciários; 28% a pessoal e encargos sociais; 19% a despesas discricionárias; e 8% às demais despesas obrigatórias.

Outro pressuposto da proposta orçamentária de 2006 diz respeito à manutenção do equilíbrio da Previdência Social e é uma redução do déficit desta em relação à sua participação no Produto Interno Bruto — PIB.

Acompanhamos, desde 1995, a evolução do déficit da Previdência, que tem conquistado, na verdade, maiores espaços fiscais ao longo desse período. Chegamos a uma previsão, para este exercício de 2005, de 38,3 bilhões de reais de déficit da Previdência. Os últimos indicativos fiscais nos dão conta de que ela deve manter-se até o final do exercício.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para o próximo ano, a estimativa da proposta orçamentária de déficit da Previdência é de 39 bilhões de reais. Todavia, a obtenção desse déficit previdenciário não se dará a efeito sem a adoção de medidas de natureza administrativa, que estão sendo tomadas pelo Governo. Entre elas, podemos citar a criação da Receita Federal do Brasil, em que se prevê que ganhos de eficiência na administração de créditos tributários e no combate à sonegação contribuirão, de forma definitiva, para a arrecadação prevista no projeto de lei orçamentária.

Por outro lado, a revisão e a atualização da base de informações sobre benefícios previdenciários, que devem ser empreendidas pelo Ministério da Previdência Social até o final do exercício, e o cruzamento de base de dados previdenciários com outros órgãos, como a Receita Federal, o Sistema de Óbitos e o Cadastro Nacional de Informações Sociais, redundarão também em ganhos expressivos no combate a desvios na concessão de benefícios.

Ao lado disso, também é prevista a implantação de medidas voltadas para desvios e fraudes na concessão de benefícios vinculados expressamente a medidas administrativas de combate a fraudes que estão sendo empreendidas pelo Ministério da Previdência Social. Entre elas, destacam-se a formação de equipes de auditoria e a reformulação de procedimentos de concessão e cassação de benefícios nas agências responsáveis pela fiscalização e aferição.

Quanto às despesas discricionárias previstas na proposta orçamentária, essas totalizam 83,4 bilhões de reais, com destaque para a política social, que, não só em função de suas vinculações, mas da prioridade elencada pelo Governo nesse setor, continua sendo a área que contará com mais recursos em 2006 em relação ao disponível para a execução de despesas discricionárias. Dos 83,4 bilhões de reais, 67% estão estimados na proposta orçamentária para serem destinados à política social, o equivalente a 55,9 bilhões de reais.

O setor de infra-estrutura conta com 11,7 bilhões de reais na proposta orçamentária, o equivalente a 14% dos recursos discricionários previstos.

A área de poderes de Estado, que incorpora Ministério da Defesa, Presidência da República e vários Ministérios responsáveis pela execução de políticas de Estado, contará com 14% dos recursos disponíveis, ou 11,9 bilhões de reais.

O setor de produção, com 3,9 bilhões de reais, ou 5% dos recursos.

Estamos aqui com o detalhamento das despesas discricionárias relativas aos Ministérios das áreas sociais. Estima-se que, em 2005, esses valores atinjam 48 bilhões de reais. Em 2006, a proposta orçamentária contempla para tanto 55,9 bilhões de reais, um crescimento de aproximadamente 7,8 bilhões de reais nas despesas discricionárias da área social.

Destaque-se o Ministério da Saúde, que passa de 32,7 para 37 bilhões de reais, ressaltando que esses recursos incorporam o valor de 1 bilhão de reais, constante da reserva discricionária para despesas correntes encaminhada pelo Poder Executivo.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sairá de 6,2 bilhões de reais em 2005, para 8,2 bilhões de reais em 2006. Esses 2 bilhões de acréscimo estão basicamente fundamentos no acréscimo do programa de transferência de renda Bolsa Família, com a ampliação das famílias atendidas pelo programa, de 8,7 milhões, para 11,2 milhões de famílias em 2006.

Destaque-se também o Ministério da Educação, com acréscimo aproximado de 800 milhões de reais.

Esse é o gráfico da evolução das despesas discricionárias do Governo Federal com educação, em que passamos de uma série de 4,3 bilhões de reais em 2000, para 8 bilhões de reais em 2006, um crescimento de quase 100% no período 2000/2006. Quase dobraram os gastos com despesas discricionárias no âmbito do Ministério da Educação.

Quanto ao Bolsa Família, como já mencionei aos senhores, passamos de uma despesa de 6,5 bilhões de reais em 2005, para a previsão de 8 bilhões e 300 milhões de reais em 2006, aumentando o quantitativo de famílias de 8,7 milhões para 11,2 milhões de famílias, o que é uma meta compatível com o atendimento das famílias que hoje se encontram na linha de pobreza.

Em relação a áreas de poderes de Estado, destacam-se os vários Ministérios que compõem essa área, entre eles os Ministérios da Fazenda, da Justiça, das Relações Exteriores, do Planejamento, da Defesa, e outras despesas relativas a encargos financeiros da União. No caso da Fazenda, há um crescimento expressivo, que diz respeito às despesas referentes ao projeto piloto de investimento, em que estão previstos cerca de 400 milhões de reais para investimentos na modernização dos sistemas de informática, que darão suporte inclusive à melhoria da eficiência da arrecadação da receita previdenciária do Brasil.

Na área de produção, temos o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Turismo. Destaca-se



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em que houve um acréscimo de praticamente 700 milhões de reais em relação ao estimado em 2005.

Na área de infra-estrutura, destaca-se o Ministério dos Transportes, em que se chegou a uma proposta orçamentária aproximada de 5 bilhões de reais para investimentos em infra-estrutura de transporte, com as diversas ações que compõem tal Ministério.

Cabe destacar também a evolução do Ministério da Integração Nacional, de 1,1 bilhão de reais para 1,6 bilhão de reais, com destaque para o projeto de transposição do Rio São Francisco.

No Ministério das Cidades destaca-se a incorporação de recursos referentes ao projeto piloto de investimento, que serão incorporados em 2006 de forma intensiva na modernização e infra-estrutura do sistema de metrô de várias cidades brasileiras, em especial na Região Nordeste. Com isso, na proposta orçamentária deve haver uma incorporação orçamentária, em relação a 2005, de aproximadamente 1 bilhão de reais para o setor de infra-estrutura.

O investimento total previsto no âmbito dos 3 orçamentos — fiscal, da seguridade social e investimentos das empresas estatais — deve alcançar 45,4 bilhões de reais, sendo que 30,7 bilhões de reais correspondem a investimentos das empresas estatais e 14,7 bilhões de reais a investimentos do orçamento fiscal e da seguridade social da União — crescimento estimado de 14,9% em relação ao exercício de 2005.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** - Sr. Presidente, há como distribuir as cópias da apresentação?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Eu pensei que já haviam sido distribuídas, Deputado. Vou pedir que se faça isso imediatamente.

**O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU** - A Secretaria da Comissão já está providenciando as cópias.

Com relação ao projeto piloto de investimentos, cabe destacar não só a ampliação dos seus valores, que estavam estimados, inicialmente, em 3 bilhões de reais na Lei de Diretrizes Orçamentárias e foram ampliados, na proposta orçamentária, para 3,3 bilhões de reais, mas também os critérios adotados na seleção e priorização desses investimentos. O adicional em relação aos 3 bilhões inicialmente previstos é plenamente compatível com o mesmo percentual previsto em 2005, equivalente a 0,15% do PIB. Na verdade, o valor estimado na época da Lei de Diretrizes Orçamentárias era de 0,15% do PIB. A proposta orçamentária ampliou em 300 milhões, a fim de manter o mesmo percentual em relação ao PIB do projeto piloto.

Desses investimentos do projeto piloto, no montante de 3,3 bilhões de reais, serão destinados ao setor de transporte 2,5 bilhões de reais, sendo assim decompostos: para adequação e construção de rodovias, 1,1 bilhão de reais; para recuperação de rodovias, 909 milhões de reais; para ferrovias, 167 milhões de reais; para estudos no setor de infra-estrutura de transporte e projetos, 166 milhões de reais; para portos, 161 milhões de reais. Os demais setores contarão com recursos do projeto piloto da ordem de 739 milhões de reais, com destaque para o sistema de metrô e transportes coletivos, com 375 milhões de reais; modernização da Receita do Brasil, com 248 milhões de reais; perímetros de irrigação, com 58 milhões de reais, e demais itens, estudos de prospecção de petróleo e gás natural, com 45 milhões; e modernização do sistema de meteorologia, com 13 milhões de reais.

Ainda com relação a investimentos, o orçamento de investimentos das empresas estatais deverá atingir 41,7 bilhões de reais. Deverá ter destaque a continuidade dos investimentos do setor petrolífero, que corresponderá a 65,9% desses investimentos, ou 27,4 bilhões de reais.

Essas as considerações básicas constantes da proposta orçamentária, Sr. Ministro.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Sr. Presidente, acredito que a exposição tenha sido suficiente, mas vamos distribuir um impresso. Peço desculpas pelo nosso atraso. Trouxemos um CD, mas ele não funcionou na hora da exposição e tivemos de pedir que fosse retransmitido.

Também gostaria de ressaltar que mandamos a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias com um limite de 17% para as despesas correntes, já enquadradas, e um limite de 16% para as receitas administradas pela Receita Federal, hoje Receita Federal do Brasil. Mandamos para cá 16,24%, depois verificamos que cometemos um pequeno erro no Imposto de Renda e, hoje ou amanhã, faremos a retificação da mensagem, aumentando aquele valor em 2 bilhões e 900 milhões de reais. O excesso passa a ser, portanto, de 0,37% do Produto Interno Bruto. Fizemos a distribuição dos recursos na LDO de acordo com a sugestão aprovada pelo Relator e por esta Comissão.

Para desoneração de tributos, foram expostos valores diferentes: 1,2 bilhão de reais para risco previdenciário; um valor para aumento de pessoal e encargos; um valor para aumento dos investimentos. Esse percentual de 0,37% do PIB que ultrapassou também foi colocado. Considero isso até natural, porque no Congresso Nacional estão tramitando várias medidas que tratam de



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desoneração e mudanças tributárias. Não existe ainda um dimensionamento exato de como essas medidas vão sair do Congresso Nacional. Portanto, na seqüência, temos de fazer a adaptação, mas a intenção do Governo continua sendo a de caminhar para esse limite de 16% das receitas administradas.

Encerro, Sr. Presidente, porque penso que a exposição foi bastante detalhada. Coloco-me à disposição dos Srs. Parlamentares para ouvir as questões e participar do debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - A exposição feita pelo Secretário do Ministério foi altamente didática e compreensível. Portanto, pedimos ao Sr. Ministro dispensa da leitura da exposição, para passarmos à discussão, ponto mais alto da audiência.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Carlito Merss, para dar início aos debates.

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** - Sr. Presidente, querido colega Ministro Paulo Bernardo, Senadores e Deputados, sinto na platéia uma vontade imensa de fazer questionamentos.

Acompanhei a apresentação desse texto, no dia 31, junto ao Presidente do Congresso. Também participei de entrevista coletiva do Ministro Paulo Bernardo e sei que os temas que mais nos dão vontade de discutir são estes: o Imposto de Renda; a divergência que aconteceu; a Lei Kandir; a reserva específica; a ampliação ou não da PPI e do número de obras.

Na qualidade de Relator, aproveito este momento para ouvir o máximo de questionamentos de Deputados e Senadores ao Sr. Ministro. Quero ouvir muito e ser um grande parceiro dos colegas, para chegarmos ao final do ano com um bom relatório.

Sr. Presidente, solicito que apresente a lista dos colegas presentes, para fazerem questionamentos ao Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro Paulo Bernardo, quero, antes de mais nada, demonstrar minha satisfação em tê-lo nesta reunião, companheiro que, ao longo do tempo, aprendemos a admirar, pela qualidade do trabalho na Comissão.

Quero fazer algumas perguntas ao Sr. Ministro, e, em nome da objetividade desta audiência, o farei diretamente a S.Exa., não obstante a clareza e a didática da apresentação do trabalho.

Está marcada para amanhã a sanção da LDO, e estamos discutindo hoje o Orçamento. Pergunto, Sr. Ministro: quais são os vetos à LDO, cuja publicação está prevista para amanhã, indicados por V.Exa. ao Presidente da República? V.Exa. cumpriu os compromissos firmados com o Congresso Nacional em várias discussões?

Sr. Presidente, faça as indagações, e o Sr. Ministro as responde no final, ou é melhor que responda a cada pergunta?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Faremos grupos de três em três.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Sim, mas indago sobre as perguntas. Fiz uma pergunta e tenho outras a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Faça todas, dentro do seu tempo.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Farei então a segunda pergunta.

Sr. Ministro, V.Exa. sabe que assunto bastante importante é a Lei Kandir, a desoneração das exportações. Meu Estado, o Pará, exportador, tem sido verdadeiramente prejudicado ao longo dos anos. Já acumula perda de mais de 3 bilhões de reais, e a cada ano temos tido dificuldade de discutir com o Governo a respeito. Na LDO, não fomos contemplados nem quanto à questão da Lei Kandir. Foi preciso negociar na Comissão e apresentar emenda, a qual foi aceita pelo Relator. Resta saber se não será vetada pelo Presidente.

Na discussão que tivemos, não sentimos, digamos assim, sensibilidade do Governo para estabelecer o tamanho do fundo. A cada discussão, os Governadores dos Estados que importam cobram ICMS, e as coisas caminham bem para eles. Mas, se todos os Estados fossem importadores, certamente haveria um buraco na balança comercial do País capaz de desestabilizar toda a economia. Meu Estado, além de ser prejudicado por ser exportador, ainda é penalizado pela segunda vez, porque tem de pagar às empresas que importam bens de uso, em sua atividade voltada para exportação, que adquirem créditos com o Governo do Estado. É um ciclo sem fim. Não vai ter como estabelecer uma compensação.

V.Exa., Sr. Ministro Paulo Bernardo, que já foi Presidente da Comissão de Orçamento em 2004, deve lembrar-se perfeitamente das dificuldades do Relator-Geral à época do fechamento do Orçamento de 2005. No ano passado, a não-inclusão da Lei Kandir na proposta orçamentária do Executivo quase interrompeu os trabalhos desta Comissão. Portanto, V.Exa., sabedor dessas



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dificuldades, pode prever as conseqüências de não se incluir a Lei Kandir na proposta orçamentária para 2006.

Será que não querem Orçamento para o ano que vem? Ou será que o Relator-Geral está impedido, há limitador de receita, e não poderá fazer mágica, como no ano passado, naquele caso, até muito comentado, em que o Senador Romero Jucá buscou uma fonte para atender ao fundo? Por que, então, ocorreu a mesma situação do ano passado quanto aos recursos referentes à Lei Kandir? Por que isso se repete?

Já que houve erro material no cálculo da receita do Imposto de Renda da ordem de 2,8 milhões, em função das alíquotas — o Ministro já fala em 2,9 milhões —, sugiro, então, que parte desse montante seja reservado para atendimento, em parte, da Lei Kandir, desse fundo que vai ajustar a perda que os Estados exportadores estão experimentando.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - O tempo de V.Exa. está esgotando-se.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Tenho mais duas perguntas, mas, se V.Exa. quiser, eu me reinscrevo, para dar oportunidade às outras pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; meu caro Ministro do Planejamento, companheiro Deputado Paulo Bernardo; Deputado Carlito Merz, Relator-Geral do Orçamento; Dr. Ariosto Antunes Culau; colegas Deputados, vou fazer somente 3 perguntas, e a primeira delas é relativa à Lei Kandir, já mencionada. Mais uma vez, o Governo, durante este exercício, não teve o cuidado de discutir a questão com os Estados e fechar posição, para que essa fosse consolidada na proposta orçamentária.

Tenho notícias de pessoas ligadas ao CONFAZ de que parece haver uma reunião agendada para a próxima quinta-feira, se não me engano, para discutir essa questão. Espero que possamos evoluir, para que não venhamos a entrar no mesmo impasse que já enfrentamos aqui no ano passado — estamos sempre nos confrontando com esse assunto —, ainda mais que o projeto de lei orçamentária para 2006 já utiliza o limite de 16% para as receitas administradas, como determinado pela LDO de 2005. Já que o projeto de lei orçamentária anual vem com 16,25 — e o Ministro acabou de dizer que vai para 16,37 —, não haverá possibilidade de reestimativa da receita pelo Congresso Nacional durante a tramitação do Orçamento para 2006. Como resolver esse impasse e promover a compensação da Lei Kandir é a questão que o Deputado Anivaldo levanta e que volto a ratificar aqui.

A minha segunda questão, Sr. Ministro, é com relação ao item Investimento. Ele mostra uma queda de 34,5% no projeto de lei orçamentária para 2006 em comparação com a LOA 2005 — 13,4 milhões em 2006, contra 20,4 milhões em 2005. Já o item Outras Despesas Correntes revela um aumento de 9,6% do projeto de lei orçamentária para 2006 em relação a 2005, ou seja, 345,7 milhões no PLO 2006, contra 315,4 milhões na LOA de 2005.

Note-se que o item Investimento foi incrementado em 9,9 bilhões durante a tramitação, no Congresso Nacional, da proposta orçamentária para 2005, de 10,5 bilhões, para 20,4 bilhões. Para o Orçamento de 2006, esse incremento não será possível, tendo em vista a aplicação do limite de 16% para as receitas administradas, determinadas pela LDO de 2005.

Como o projeto de lei orçamentária para 2006 já utiliza todo esse limite, não haverá possibilidade de reestimativa da receita pelo Congresso Nacional durante a tramitação do Orçamento.

Nossa pergunta é a seguinte: na prática, o limite de 16% na arrecadação de receitas administradas, determinado pela LDO, resultará em redução brutal na dotação de investimentos de 2006. Por outro lado, observa-se forte aumento de recursos para as despesas correntes.

Como V.Exa. justifica o fato de que o referido limite detém fortemente os recursos para investimentos e não afeta a liberação de gastos com o custeio da máquina pública?

Terceira questão: com relação aos investimentos do orçamento fiscal e da seguridade social, os valores pagos no Orçamento para 2005 no grupo Natureza/Despesa/Investimento (1,39 bilhão) correspondem somente a 6,8% da dotação autorizada (cerca de 20,4 bilhões), faltando menos de 4 meses para o término do exercício. Com esses dados contundentes, como o Governo conseguirá alterar o senso comum de que o Orçamento se constitui apenas numa peça de ficção e se situa, evidentemente, no extremo oposto do ideal do Orçamento impositivo?

Essas são as questões que formulo para o nobre Ministro Paulo Bernardo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** - Sr. Presidente, nobre colega Paulo Bernardo, atualmente Ministro do Planejamento, é uma enorme satisfação ver valorizada pessoa que teve atuação importante na Comissão de Orçamento e hoje detém no Governo importante função. Esta Comissão se orgulha da trajetória de V.Exa.

Ministro, tendo analisado, ainda que de forma superficial, a questão orçamentária, quero debater com V.Exa. 2 questões. Na página 252 do volume 1 da lei orçamentária, existe um quadro demonstrativo do resultado primário do Governo central. Entre as despesas financeiras, há uma evolução do pagamento de juros de 2003 até 2006, primeiro e último anos do Governo Lula.

No primeiro ano do Governo Lula, pagou-se de juros orçamentários — juros reais, não nominais, descontada a inflação — menos do que a necessidade de financiamento divulgada pelo Banco Central. Ali são juros nominais. E são juros brutos. Não são líquidos, do recebimento. A evolução é impressionante, Sr. Ministro. Pagamos de juros, em 2003, 65,3 bilhões, equivalentes a 4,2% do PIB.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Isso em 2003, Deputado?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** - Em 2003. Em 2004, passou para 73,9 — 4,2%. Em 2005, mesmo no reprogramado, chegou-se a 110, e em 2006 a previsão de pagamento de juros é de 179 bilhões e 2 milhões, o equivalente a 8,4% do PIB. Dobrou.

Se tratarmos dos juros nominais, da necessidade de financiamento, sempre, a cada ano, até 2003, eles serão maiores do que os juros reais orçamentários. Mas na previsão para 2006 há uma queda. Há uma previsão de 127 em 2005, e 113. Posteriormente, vou buscar no Banco Central esclarecimento desses números, mas queria um comentário de V.Exa. sobre a questão do endividamento.

Isso aparece em outro ponto que quero mencionar a V.Exa., que tem sido árduo defensor da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei é explícita na sua chamada regra de ouro, a transcrição para a questão fiscal de imposição constitucional: as operações de crédito não podem exceder as despesas de capital, isto é, não pode haver financiamento por meio de operação de crédito para o custeio.

Nesse sentido, as operações de crédito no Orçamento são de 1 trilhão e 3 bilhões, e as despesas de capital são 971 milhões. Então, há um descumprimento. Usa-se o argumento de que entra nessa conta o orçamento de investimento das estatais. Aí deve ser descontado o orçamento de investimento, que é operação de crédito também. Porém, o mais grave ainda é que se encobre na amortização da dívida, na rolagem o pagamento de juros. A correção monetária dos juros faz parte do pagamento de juros, faz parte da despesa corrente, é evidente.

A correção monetária não está incluída nos juros nominais, nos juros orçamentários, nos juros reais. E se separarmos a amortização da dívida, o que é efetiva amortização, troca de títulos, do montante da correção monetária, que é em IGP-DI, como diz a LDO, haverá um brutal descumprimento da regra constitucional e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero chamar a atenção para o seguinte: não defendo que se paguem os juros. Quero mostrar que caímos numa enorme armadilha. O montante de juros, que é pago com operação de crédito, é tão alto que desequilibra qualquer conta orçamentária, e isso não faz sentido.

Por último, Sr. Ministro, uma pergunta bem objetiva. Trata-se da questão do FUNDEB. Todos esperavam que o FUNDEB já viesse na previsão orçamentária do próximo ano, porque se esgota ano que vem. O Governo não mandou o FUNDEB, e na emenda constitucional que o cria há explicitação, que alguns Parlamentares da Comissão consideram inconstitucional, de um limite de despesa corrente que não faz parte da lei. Mas para vir o recurso do FUNDEB é preciso cortar nos orçamentos da educação e da saúde.

Como vamos resolver esse problema? O FUNDEB e a Lei Kandir não estão no Orçamento. Há subestimação de despesa de pessoal, que muitos técnicos dizem que vai ser maior do que a previsão. Como é que o querido Relator vai resolver esses problemas sem uma ajuda substancial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão?

Eram essas as questões, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Anivaldo Vale indaga-me sobre os vetos à LDO. Eu não tenho condições de responder a isso. Nós, do Planejamento, fizemos a recomendação de vários vetos para o Presidente — evidentemente, só serão conhecidos depois que o Presidente tomar a decisão. Entretanto, observamos atentamente as tratativas feitas pelo Governo, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de outros Ministérios, com o Relator e com esta Comissão e, evidentemente, não indicamos vetos a pontos acordados com esta Comissão. Portanto, não vai haver nenhum, a não



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ser que o Presidente resolva. Acho remota essa possibilidade, até porque nós mandamos para S.Exa. outras indicações.

Com relação à Lei Kandir, entendemos que isso precisa ser regulamentado. Há lei complementar que prevê que, nos anos de 2005 e 2006, deverão ser entregues aos Estados e aos Municípios os valores constantes do Orçamento, mas não existe definição desses valores.

No ano passado, coube ao Congresso conduzir uma negociação. Participei, inclusive, como Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e optamos por fazer da mesma forma neste ano.

Para nós, do Governo, a melhor opção seria fazer uma regulamentação definitiva. Eu sei muito bem que essa questão é importante. E, particularmente em Estados como o de V.Exa., o qual tem uma exportação muito alta, isso provoca uma dificuldade enorme, porque é uma espoliação da receita do Estado. Mas o Governo tem tratado, V.Exa. disse bem.

Haverá uma reunião do CONFAZ na próxima quinta-feira. Esse assunto deverá estar em pauta. Não sei se vamos conseguir chegar a um termo de acordo com os Estados, mas estamos trabalhando para isso. Caso não consigamos, evidentemente vamos participar de debate com o Congresso Nacional, com o Relator, com esta Comissão, para resolver a questão. Acho que é importante, realmente.

Com relação à sugestão de V.Exa. de usar a reserva originada pelo erro cometido pelo Governo na questão de Imposto de Renda, achamos que esse debate deve ocorrer no âmbito do Congresso. Quer dizer, o Governo dispõe-se a debater, em sendo convidado, mas a decisão cabe inicialmente a esta Comissão e depois ao Plenário do Congresso Nacional.

Fizemos uma sugestão quanto àquela reserva. São 4 bilhões e 400 milhões de reais. E fizemos uma distribuição, seguindo critérios estabelecidos nesta Comissão: parte para desoneração, parte para investimento e parte para pessoal, porque essa é uma das possibilidades. Trata-se de despesas obrigatórias.

Portanto, Deputado Anivaldo Vale, queremos debater com o Congresso essa questão.

O Deputado Luiz Carreira fez exatamente a mesma pergunta. Considero que a resposta é exatamente essa, lembrando que o excedente dos 16 pontos percentuais, que na nossa proposta vai significar 0,37%, foi distribuído conforme orientação aprovada para despesa obrigatória, para investimento ou para desoneração.

O Deputado Sérgio Miranda apresentou várias questões, das quais vem tratando com frequência e com muita competência nesta Comissão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** - Sr. Ministro, eu havia feito mais 2 questões, uma referente a investimentos, a como eles vão comportar-se, já que a execução deste ano vai acabar limitando muito, inclusive porque de alguma forma há um limite fixado para as despesas correntes.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - É verdade, esqueci-me de responder. Essa norma que propusemos e foi aprovada pela LDO não impede a possibilidade de o Congresso, caso verifique alguma incorreção na nossa proposta, fazer o ajuste, desde que o faça de acordo com a LDO: só pode ser alocado em despesas obrigatórias, investimentos e desoneração tributária. Ou seja, o Congresso pode fazer uma reestimativa, desde que destine para isso.

Portanto, os investimentos, se houver alguma mudança na estimativa da receita, podem perfeitamente ser redirecionados. V.Exa. citou o processo que houve no ano passado, quando boa parte da reestimativa foi para investimento. Mas uma parte foi para despesa obrigatória também, por imposição da Lei Kandir, que colocamos nesta Comissão. Portanto, penso que isso não traz nenhuma mudança.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** - Quero acrescentar outra coisa, por gentileza.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** - O impacto vai recair, efetivamente, sobre os investimentos, já que os gastos correntes estão com valores superiores inclusive aos da proposta do ano passado.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Principalmente no caso das despesas obrigatórias.

Com relação às onerações, discurso do Deputado Sérgio Miranda, realmente, Deputado, os números são esses.

No que se refere a essa questão dos juros, acho que precisaríamos discutir melhor essa diferença de conceito que V.Exa. aponta. Mas quero apenas lembrar o seguinte: o que o Governo efetivamente paga é muito menos do que isso. Na verdade, há uma discussão conceitual que V.Exa. levanta, e o que ultrapassa aquela parcela que o Governo paga, reservada através do resultado primário, é incorporado à rolagem da dívida. Quer dizer, a dívida cresce na medida em que o Governo



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não consegue fazer o pagamento da conta de juros. Um dos objetivos da política econômica tem sido justamente garantir que o pagamento seja suficiente, para não deixar que o tamanho da dívida em relação ao Produto Interno Bruto aumente demasiadamente. A relação da dívida em relação ao PIB chegou a ser, no ano de 2002, mais de 61%. Estou falando em termos de dívida líquida, até porque V.Exas. sabem bem que a dívida bruta do Governo é maior. Hoje, temos uma dívida líquida em torno de 51% do Produto Interno Bruto, e o percentual da dívida bruta é ainda maior, 70% ou 72%.

Com relação a essa discussão da regra de ouro, gostaria de sentar à mesa e discutir mais detidamente com V.Exas. Ela está sendo cumprida a partir do momento em que incorporamos os investimentos das estatais. Parece-me que V.Exa. discorda da forma como isso está sendo tratado, mas a Constituição, quando se refere ao tema, fala do orçamento. Portanto, o orçamento das estatais está dentro dessa conta, e não poderia deixar de estar.

Deputado Sérgio Miranda, V.Exa. tem-se mostrado extraordinariamente aplicado, e tem aprofundado muito, em seus estudos a respeito da questão. Todavia, não podemos deixar de considerar que, de 1995 para cá, houve extraordinária evolução da dívida. Saímos de mais ou menos 30% do Produto Interno Bruto, percentual da dívida em 1995, chegamos a 61%, e hoje refluímos, acho que até significativamente, para 51% do PIB. E já praticamos no Brasil taxa de juros de 45%. Como a taxa de juros, nesse último período, foi maior, na média, do que nos anos anteriores, a conta realmente tem de ser maior.

Agora, o Governo está convencido de que estamos fazendo um bom trabalho, dando importantíssima sinalização no sentido de manter o crescimento da dívida sob controle, de não permitir a expansão da dívida em relação ao Produto Interno Bruto.

Quero lembrar — sei que V.Exa. acompanha o mercado — que ontem conseguimos marcar ponto extraordinário. O Brasil conseguiu colocar títulos no exterior em reais. É um avanço muito importante. Além disso, estamos convencidos de que hoje as condições da economia permitem que o Banco Central diminua a taxa de juros, o que já está sendo praticado. A economia está crescendo e, assim mesmo, a inflação está sob controle. Alguns índices têm acusado deflação há 4 meses. Portanto, as condições para que o Banco Central diminua, de maneira continuada, a taxa de juros estão dadas — começou neste mês. Evidentemente, a partir disso, a questão candente da dívida será melhor equacionada.

Com relação às despesas de pessoal, Deputado Sérgio Miranda, não concordamos quando diz que elas estão subestimadas. Há grande pressão por reajustes. Antes de chegar à mesa — demorei 3 minutos para começar a debater —, fui abordado por uma comissão de servidores que encabeça movimento para melhoria de salários. Há pressão de servidores por aumento de salário, mas a conta não está subestimada.

Quanto ao FUNDEB, depois de ampla discussão no Governo, concluímos que não deveríamos destinar dotação, porque o Congresso tem de avaliar a proposta de criação do FUNDEB. Ela está aqui.

Temos convicção de que, como se trata de importante questão — e há apelo —, ela será aprovada. Evidentemente, como se trata de emenda constitucional relativa a distribuição de recursos, não terá tramitação tão rápida. Portanto, preferimos deixar para incluir as dotações do FUNDEB no momento em que a proposta for aprovada pelo Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** - Mas que valor do FUNDEB seria necessário?

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Fizemos uma programação — acho que está expressa no texto da emenda. Mandaríamos, inicialmente, só na justificativa, mas acabou prevalecendo a idéia de colocar no próprio texto. Será um valor adicional de 4 bilhões e 300 milhões de reais anuais, que serão completados no final de 4 anos. Portanto, no primeiro ano, se não me engano, será 1 bilhão e 300 milhões de reais e depois, gradativamente, vai-se completando, até chegar ao final do quarto ano com 4 bilhões e 300 milhões de reais. Essa é a proposta. Aliás, será 1 bilhão e 900 milhões de reais no primeiro ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Vamos ao segundo bloco. O primeiro inscrito é o Deputado Ricardo Barros, depois os Deputados João Leão e Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, Sr. Ministro, assisti à apresentação e verifiquei que a receita vai para 16,37%, como diz o Ministro, portanto acima dos 16% fixados na LDO. Existe no PPI o item Modernização da Receita, correspondente a 247 milhões de reais. Esses 247 milhões de reais serão investidos de maneira a reduzir a receita para 16%? Essa modernização da receita, que correspondente a 247 milhões de reais, servirá para reduzir 0,37% do PIB, que está



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em torno de 4 bilhões de reais? Poderíamos fazê-lo de forma bem mais barata, aprovando alguns projetos que tramitam nesta Casa.

Quero, realmente, entender o que é esse programa Modernização da Receita.

Quanto à saúde, pergunto: no aumento de 32 bilhões de reais para 37 bilhões de reais está contemplada a ampla interpretação da Emenda nº 29, que a Frente Parlamentar da Saúde tanto tem solicitado ao Governo?

E pergunto, Sr. Ministro, por que temos PPI nesse projeto de lei, se não temos mais acordo com o FMI? Não consigo entender. O PPI resultou de um acordo com o FMI para excluir determinados investimentos do superávit primário. Gostaria que me desse uma explicação objetiva.

Essas são as minhas dúvidas, Sr. Ministro.

De resto, acho que tudo era previsível, à exceção do excesso de pagamento de juros, citado pelo Deputado Sérgio Miranda.

Sobre a execução orçamentária, temos, até o fatídico 11 de setembro, 6,44% de execução dos investimentos. Ou seja, dos 22 bilhões de reais de investimentos previstos na lei orçamentária para 2005, foram efetivamente pagos 1 bilhão e 420 milhões de reais, 6% de todo investimento, e há uma redução de 35% para o Orçamento de 2006 em relação aos 22 bilhões de reais do Orçamento de 2005. V.Exa. espera que as emendas parlamentares cubram essa diferença? O Governo espera que esses 35% sejam repostos por meio de emendas parlamentares?

Essas são as minhas indagações, Sr. Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Com a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Meu caro Ministro, muito nos honra sua presença na sua Comissão. Estávamos com muitas saudades suas, mas ultimamente está muito difícil falar com V.Exa. Eu, da Liderança do Governo, ligo para o Ministério, digo que quero falar com o Ministro Paulo Bernardo, mas não consigo. A sua assessoria deixar passar uma ligação é a coisa mais difícil do mundo! Ou então V.Exa. está de marcação com o Líder do Governo nesta Comissão. Vou pedir demissão, Sr. Ministro. *(Risos.)*

Vou tratar do problema da bancada militar — Exército, Marinha, Aeronáutica. Foi acertado com o Presidente da República, com o Vice-Presidente da República e com V.Exa. o aumento de 13%, a vigorar a partir de 1º de outubro, e o aumento de 10%, a vigorar a partir do ano subsequente. Queremos saber, até para informar à bancada militar, quando vai sair o aumento de 13%. Temos de lembrar que o ano que vem é ano eleitoral. Se não for antecipado para até junho, não vamos poder dar esse aumento. Já pensaram se Exército, Marinha e Aeronáutica entrarem em greve?

A respeito dos juros — temos aqui a “bancada da queda dos juros”, de que fazem parte a bancada do PL e diversos Parlamentares —, em 2003, pagamos de juros 100 bilhões, 894 milhões e 200 mil reais; em 2004, 133 bilhões, 964 milhões e 200 mil reais; em 2005, 91 bilhões, 724 milhões e 100 mil reais. De investimentos, tivemos: em 2003, 6 bilhões, 452 milhões e 100 mil reais. Pagamos 100 bilhões de reais de juros e tivemos investimento de 6 bilhões de reais — Carlito, temos de dar um jeito no Orçamento deste ano. Em 2004, pagamos 133 bilhões de reais de juros e tivemos um investimento de 10,866 bilhões. Este ano — eis o xis da questão e o problema da maioria dos Parlamentares desta Comissão —, pagamos 91 bilhões de reais de juros e empenhou-se, até agora, 1 bilhão e 892 milhões de reais em investimentos.

Quando se vai empenhar as emendas dos Parlamentares, as emendas de bancada? Estamos já no meio de setembro.

Em síntese, era o que gostaria de tratar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Bernardo, nosso colega Deputado, Sr. Relator, Deputado Carlito Merss, Sras. e Srs. Senadores, demais Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, diria ao Deputado João Leão que se S.Exa. está com dificuldade em falar com os Ministros do Governo, por ser da base, solicite o intermédio de Deputados de oposição, porque semana passada estive com S.Exa., o Ministro Paulo Bernardo, e fui muito bem atendido. Mas a questão não é pedir, é liberar. Fomos bem atendidos, mas por enquanto ficou só no cafezinho, na água e no bom papo. De qualquer forma, as audiências têm sido atendidas e, quanto a isso, o Ministro Paulo Bernardo é um *gentleman*.

Ministro, quero falar de 2 temas. O primeiro diz respeito a alguns projetos que não estão previstos no PPA e, conseqüentemente, não estão previstos na Lei Orçamentária, o que vai fazer com que haja uma grave situação no País em relação a essa não-previsibilidade dos investimentos em determinada área.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Utilizo, como exemplo, a mecanização agrícola. Não existe planejamento de dotação orçamentária para a liberação de mecanização agrícola. Eu gostaria de saber se foi um equívoco, se virá ou se eu não consegui achar dentro do Orçamento, porque o PPA não apresentou essas ações e a Lei Orçamentária anual, de igual forma.

Gostaria de falar sobre os recursos que foram menores do que a previsão de investimentos, que, embora estejam previstos em lei, até agora não foram executados. Eu vou fazer essa indagação dividindo em 2 momentos. Primeiro, há previsão efetivamente de execução orçamentária para o Orçamento que nós iremos votar no exercício de 2006 ou se vai repetir o que nós temos assistido nos anos anteriores, até mesmo no presente exercício?

Salvo engano, nós não chegamos ainda a executar 15% do Orçamento deste ano. E se verificarmos o montante de recursos que estavam disponibilizados — salvo engano, algo em torno de 20 bilhões, porque foi acrescido, diante da proposta original, de 13 para 20 —, nós efetivamente não temos como contemplar o estado caótico a que estamos assistindo, por exemplo, das estradas. Nós não teremos recursos para tapar os buracos das estradas, não teremos recursos para que os investimentos macroestruturantes sejam feitos, como a ampliação dos portos, a oferta de energia elétrica, enfim, as demandas que fazem com que o País cresça de forma sustentada. Ainda que diante da previsão de 3,5% de crescimento, é preciso que tenhamos condições de efetivamente, em alcançando esse nível, que já é baixo... mas diante do que temos de infra-estrutura, se não tivermos esses recursos previstos, não iremos alcançar essa meta.

Por outro lado, indago algo que me parece já foi questionado, mas eu não entendi. Como é que iremos aportar recursos do FUNDEB se o projeto for aprovado, como tudo indica, se o Governo Federal não está cumprindo a sua obrigação no que tange ao FUNDEF? Na verdade, pelas contas de que eu tenho conhecimento, que me foram expostas pelo Secretário da Fazenda do Governo do Estado da Bahia, Dr. Albérico Mascarenhas, não existirá dinheiro novo, apenas a junção de projetos que hoje estão sendo executados pelo Governo Federal, como o salário-educação, com os recursos do próprio FUNDEF e outros que já estão carimbados.

Se hoje o FUNDEF não tem os recursos alocados de acordo com a previsão de lei, como é que vamos crescer em mais 1,9 bilhão? Isso, para mim, não ficou claro, e eu gostaria de ter esclarecimentos da parte de V.Exa., porque é uma questão que preocupa, e muito, os Estados da Federação e os Municípios brasileiros.

Hoje, fiz um pronunciamento da tribuna da Câmara dos Deputados em que pude expor a condição caótica, grave, da receita dos Municípios. Se V.Exa. não tiver conhecimento, Ministro Paulo Bernardo, hoje, houve apenas 20% do que era previsto de recursos do FPM para os Municípios nessa segunda cota do mês — 20%. Três Prefeitos me ligaram dizendo que esperavam uma queda de 20%, mas só receberam 20% do previsto, e não sabem qual a razão.

Eles estão preocupados, porque se os recursos não chegarem no dia 30, que é a última cota, muitas Prefeituras não terão condições de pagar a folha de pagamento nem o repasse de câmara. Essa é uma questão que não tem muito a ver com a exposição, mas a trago à tona para informar quanto aos recursos do FUNDEB. Se aprovado, há um temor muito grande por parte dos gestores municipais e estaduais de que o Governo não venha a honrar, como não está honrando os recursos oriundos do FUNDEF e da Lei Kandir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Vou colocar mais um Parlamentar, o Senador Flexa Ribeiro, neste bloco. S.Exa. está doido para voltar ao Senado, pois lá começaram os trabalhos no plenário.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - Agradeço ao Presidente a generosidade. Realmente, a Ordem do Dia já começou no Senado.

Sr. Ministro, o Governo diz acreditar que a carga tributária excessiva prejudica o ambiente econômico. O Ministro Palocci, por repetidas vezes, tem dito, quando da última "reforma tributária", entre aspas, que ela seria neutra, e o que se viu foi mais um aumento da carga tributária.

O Governo comprometeu-se, na LDO de 2006, com um limite para a arrecadação da antiga Secretaria da Receita Federal de 16% do Produto Interno Bruto. Para que esse limite fosse alcançado, o Governo teria de fazer um esforço equivalente do lado da despesa — o que nos parece difícil.

A proposta orçamentária para 2006 contém carga tributária da Secretaria da Receita Federal de 16,24%. O dado foi enviado errado, com um erro admitido de previsão de diminuição da alíquota máxima de Imposto de Renda para 25%. Com a manutenção da alíquota nos 27,5% atuais, teremos então uma carga de 16,4% do PIB.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Veja, Sr. Ministro, que esses cálculos foram feitos antes dos resultados da arrecadação de julho e de agosto de 2005, que superaram as previsões iniciais. Portanto, o Orçamento projeta a arrecadação para 2006 sobre uma base subestimada de 16,5% do PIB em 2005.

Há estudos consistentes, inclusive das consultorias no Congresso, que demonstram uma arrecadação estimada em 16,75%. São 10 bilhões de receita acima do limite de 16% do PIB, determinado pela LDO de 2006.

Pergunto: o Governo tem de fato compromisso com a redução da carga tributária? Quando teremos de fato essa redução?

Sr. Ministro, há uma incongruência na atual peça orçamentária. Gostaria que V.Exa. nos esclarecesse. O atual projeto de lei orçamentária para 2006 eleva os níveis de gastos com juros da dívida, em relação à LOA de 2005 para 2006, para 179,5 bilhões.

Não é factível a tese de que pode ser apenas troca de títulos vencidos se a tendência ou expectativa é de queda das atuais taxas adotadas pela economia brasileira, uma das mais altas do mercado internacional?

O mais natural não é haver diminuição pela procura dos papéis brasileiros? A limitação dos gastos e do aumento de receitas públicas não teriam a real intenção de amortização do grau de endividamento atual? O que confronta esse aumento previsto na atual proposta?

Pergunto: a que se deve a elevação dos pagamentos de juros previstos, em 2005, em 110 bilhões, e agora, para 2006, em 179 bilhões, 70% de aumento na projeção de pagamento de juros de 2005 para 2006?

São essas as minhas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Com a palavra o Sr. Ministro, para responder às perguntas feitas pelos Parlamentares.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Sr. Presidente, inicialmente vou responder algumas questões do Deputado Ricardo Barros.

Deputado Ricardo Barros, a Receita tem esse projeto que V.Exa. mencionou. V.Exa. citou 247 milhões. Sinceramente, não lembrava com precisão esse valor. Na verdade, o projeto total, de 900 milhões de reais, foi distribuído em 3 anos. Portanto, os 247 milhões que V.Exa. vê representam uma parte do projeto. E na verdade representam um esforço de investimento na modernização tecnológica e nas práticas da Receita. Isso não é incompatível com o esforço para diminuir gradativamente a carga tributária.

O Senador Flexa Ribeiro indaga qual é o compromisso do Governo. Temos repetido continuamente que nosso compromisso é não permitir o crescimento da carga tributária, como aconteceu nos últimos 10 anos, e fazer gradativamente o recuo.

Várias medidas que tramitam no Congresso Nacional, particularmente a medida provisória do bem, sinalizam concretamente nesse rumo. A Receita está fazendo investimentos. Neste ano, por exemplo, estão realizando informatização e incorporando tecnologia de informação nos aeroportos e nas aduanas de maneira geral, para automatizar os procedimentos, o que vai tornar o processo muito mais efetivo.

Na medida em que a Receita conseguir fazer o seu trabalho melhor, teremos condição inclusive de discutir com muito mais tranquilidade onde queremos — e evidentemente esta é uma decisão última do Congresso Nacional — aportar eventuais diminuições de carga tributária. Se soubermos com precisão o que pode ser arrecadado e conseguirmos combater a sonegação com eficácia, é evidente que uma medida de desoneração tem muito mais chance de ser bem sucedida.

Com relação à saúde, a proposta de lei orçamentária atende plenamente à exigência da Emenda Constitucional nº 29. Portanto, os valores colocados atendem à demanda. Nestes 37 bilhões estão excluídos os gastos com pessoal. Se incluirmos o pessoal, vai dar um pouco mais de 41 bilhões de reais. São 4 bilhões de despesa com pessoal.

O projeto piloto originou-se de uma tratativa que fizemos com o Fundo Monetário Internacional. Na época, o Brasil tinha um acordo com o Fundo, mas na verdade foi mais do que isso. O Brasil foi um dos pioneiros nesse debate sobre a possibilidade de transformarmos parcela do superávit primário em investimentos controlados e monitorados e, a médio prazo, depois da execução, termos condição de averiguar o retorno efetivo deles; fazer um investimento que, em outras palavras, do ponto de vista fiscal, seria capaz de dar um retorno para aquela diminuição do superávit.

Elaboramos um projeto de 3 anos. Dividimos em 3 anos 0,5% do Produto Interno Bruto. Para o primeiro ano, 0,14%; para o segundo, 0,15%. Portanto, ainda vai ficar uma parcela para 2007. Na prática estamos diminuindo em 0,15% o superávit primário projetado de 4,25%. Portanto, esse é o



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

motivo porque, embora não haja mais acordo com o FMI, ainda estamos fazendo essa experiência. Há outros países fazendo isso também, pode ser utilizado internacionalmente para mudar os conceitos, a contabilidade e a forma de monitorar esse tipo de gasto com investimento.

Com relação à comparação que V.Exa. faz entre a Lei Orçamentária de 2005 e a proposta orçamentária para 2006, é verdade que há uma diferença nos investimentos. V.Exa. mesmo já disse que essa diferença originou-se de emendas parlamentares feitas no ano passado, quando trabalhamos a proposta orçamentária. V.Exa. indaga se eu considero que a Comissão vai suprir essa diferença. Não creio.

Acredito que a Comissão vai fazer um bom esforço nesse sentido. Isso tem sido normal. Os Parlamentares elaboram suas emendas, as quais normalmente se concentram nos investimentos. Não vai haver nenhuma mudança nessa prática que tem sido observada nos últimos anos. É o que penso. Portanto, quando estamos falando de 14,7 bilhões do Orçamento Fiscal e da Seguridade para investimentos, o Governo tem uma visão antecipada de que o Congresso Nacional, por meio das emendas, deve aumentar esses valores.

Peço desculpas ao Deputado João Leão por não ter dado retorno aos seus insistentes telefonemas — espero que não tenham sido tão insistentes assim. De maneira geral, temos procurado compatibilizar toda a agenda para manter nosso trato com o Congresso Nacional. Nesta manhã conversei com a nossa assessoria. Fui informado de que há 16 pedidos de Parlamentares — não sei se o de V.Exa. está no meio.

Não queremos acumular esses pedidos. Tenho procurado, Deputado João Leão, atender ao maior número possível de Parlamentares nas terças e quartas-feiras, dias em que há maior movimento no Congresso. De qualquer forma, peço desculpas a V.Exa., principalmente pelo fato de ter recebido o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - V.Exa. não precisa pedir desculpas, porque é amigo desta Comissão. Todavia, não se pode esquecer de que, além de Ministro, é Parlamentar. Tem, por isso, o dever de nos ajudar.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Não tenho dúvidas quanto a isso.

Com relação ao reajuste dos militares — estou vendo aqui a bancada militar perfilada no fundo —, vamos enviar um projeto para esta Casa. Não sei se vai ser um projeto de lei ou uma medida provisória, com o conteúdo que já foi anunciado na época pelo Vice-Presidente José Alencar, que conduziu as tratativas — dela participaram o Ministro Antonio Palocci, a Ministra Dilma Rousseff e eu. É aquilo que já foi anunciado: 13% de reajuste, a partir de outubro, e 10%, a partir de agosto do próximo ano.

Quanto aos juros, acredito que já respondi a pergunta para o Deputado Sérgio Miranda. Esclareço que o orçamento de juros é contabilizado no regime de caixa. Há uma concentração de resgate de títulos que vencem e evidentemente têm de ser rolados. Há uma concentração de resgate de títulos em 2006. O Orçamento, portanto, por esse critério, não reflete — e o Senador também me fez um questionamento — de maneira fidedigna a atual política fiscal com relação aos juros, pois capta as negociações realizadas no passado. Quer dizer, depende do vencimento e do prazo de rolagem. Temos uma concentração maior de vencimento de títulos em 2006. Portanto, o valor dessa conta acaba sofrendo reajuste.

Em relação às emendas parlamentares, quero declarar o que já tenho falado sobre a execução orçamentária. Os Deputados Ricardo Barros e Anivaldo Vale já falaram sobre isso. Estamos atrasados em relação àquilo que planejamos para este ano — não em relação às emendas parlamentares, mas de maneira geral e particularmente quanto aos investimentos. O Governo reconhece isso. A partir da próxima semana, vamos deflagrar uma série de reuniões e oficinas de trabalho com Ministérios e órgãos públicos para discutirmos como cumprir as metas deste ano, preparar o encerramento do exercício e a abertura do próximo exercício.

No que diz respeito às emendas parlamentares, se reconhecermos que há atraso na execução de maneira geral, isso também ocorrerá nas emendas. O Governo firmou compromisso — e nós vamos acelerar isso — de executar as emendas individuais. Vamos tratar as emendas de bancada dentro do Governo e com o Congresso Nacional. Não tenho uma posição definida sobre isso, mas, quanto às emendas individuais, temos compromisso com elas. Vale mencionar que o Presidente Lula tem cobrado aquilo que foi planejado pelo Governo no início do ano.

No que tange às questões levantadas pelo Deputado Claudio Cajado, não sei se é um problema específico da mecanização agrícola. Segundo V.Exa. relata, ela não está no PPA. E não é pelo fato de ser um programa anual. Não se trata do Programa Plurianual. Portanto, não é preciso estar no PPA. De qualquer forma, o Congresso pode acrescentar no Orçamento, mesmo que



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não esteja no Plano Plurianual, porque é um problema que existe há mais de 1 ano. No caso de haver problemas, vamos fazer uma revisão do Plano Plurianual. Portanto, estamos abertos para promover amplo debate. V.Exa. pode estar colocando isso em relação a outros projetos — e citou a mecanização como exemplo.

No que diz respeito ao repasse do FPM, vale lembrar que não há interferência da Receita. O repasse do FPM, assim como o dos Estados, é feito automaticamente pelo banco. Quando o dinheiro entra no caixa, o banco faz a separação e envia a quem de direito. Não tenho notícia da diminuição nesse repasse de 10 dias, mencionado por V.Exa., mas isso, às vezes, acontece. Pode haver uma sazonalidade determinada, mas não tenho nenhuma previsão de que haverá diminuição da receita para haver tanta diminuição no repasse. Pelo contrário, a receita — e o Senador também mencionou isso — foi maior do que a esperada em julho e maior em agosto. Portanto, o recurso é repartido no banco.

Não fizemos o Orçamento para o FUNDEB e FUNDEF pelas razões que já mencionei. A partir do momento em que o Congresso Nacional aprovar a emenda constitucional, a União vai ter de alterar o seu Orçamento, como também os Estados e Municípios, porque essa emenda valerá para as 3 esferas de Governo. Os Governos Estaduais também não fizeram o Orçamento para o FUNDEB, prevendo a existência do FUNDEB, porque não foi aprovado. Portanto, na medida em que o Congresso avançar no trato dessa matéria, vamos nos preparar para dar respostas. E isso evidentemente ocorrerá também nos Estados e Municípios.

No que diz respeito às questões levantadas pelo Senador Flexa Ribeiro, parece-me que respondi a maioria delas, mas faltou abordar a questão da mudança do Imposto de Renda. Nós já mencionamos isso. Estamos falando também na mensagem retificadora que será enviada nesta semana — e o Governo não tem nenhuma posição sobre isso. Fez-se uma avaliação de que a legislação mudaria automaticamente. Verificou-se depois que isso não é verdade. Portanto, tivemos de assumir o erro e enviamos para esta Casa essa mensagem retificadora. Vamos discutir com o Congresso e internamente com o Governo as melhores alternativas para usarmos essa reserva — o dinheiro está numa reserva para desoneração.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma réplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Ministro Paulo Bernardo, o Deputado Rafael Guerra, Coordenador da Frente Parlamentar da Saúde, alerta para o fato de que faltam ainda 1 bilhão de reais no Orçamento para completarmos a Emenda 29.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Deputado, temos vários inscritos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Eu sei, mas tenho direito à réplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - O Deputado Rafael Guerra tem certeza de que o assunto é de muito interesse...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Deputado Ronaldo Dimas...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Mas S.Exa. já falou, o problema é esse.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Mas estou na réplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Deputado Ricardo, temos uma lista.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, perguntei isso ao Ministro e S.Exa. me respondeu dizendo que estava atendida a Emenda nº 29. Estou apenas citando o Deputado Rafael Guerra porque S.Exa. é o Presidente da Frente Parlamentar da Saúde. O assunto em pauta é a resposta que o Ministro me deu. S.Exa. disse que estava atendida a Emenda nº 29. No relatório, há falta de 1 bilhão em 2006, e, em 2005, há 800 milhões já notificados pelo Tribunal de Contas da União e mais um crédito, que está nesta Comissão, de 1 bilhão e 200 milhões, transferindo recursos da Saúde para o Fome Zero.

Era esta a observação sobre a resposta dada pelo Sr. Ministro com relação à Emenda nº 29. Pergunto ao Ministro: quem gerencia os recursos do PPI? Os Ministérios ou o Palácio?

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Quem gerencia o PPI são os Ministérios responsáveis, no caso, os Ministérios dos Transportes e da Fazenda. Cada um gerencia os seus programas. O Governo tem uma equipe que faz o acompanhamento e monitora o assunto para informar o Presidente sobre o andamento do programa.

Com relação às emendas parlamentares, Deputado Rafael Guerra, mandamos — e acho que ficou claro na mensagem — 1 bilhão para atendê-las. Isso já aconteceu em outras ocasiões. Portanto, este 1 bilhão está colocado numa reserva específica e todos sabem a concentração que se dá nas



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emendas parlamentares na área da saúde, até pela proteção que tem, pelo fato de não haver contingenciamento. Portanto, está resolvida essa questão. V.Exa. tem razão e está destacado para as emendas parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Deputado Rafael Guerra, infelizmente não tenho condições de conceder-lhe a palavra. Vou inscrevê-lo.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Gostaria apenas de dizer que, para que seja cumprido, os Deputados têm de colocar 1 bilhão. Não vamos simplesmente cumprir a Emenda 29 colocando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - No próximo bloco temos os Deputados Júlio Cesar, Miguel de Souza e Paulo Rubem Santiago. Gostaria de fazer uma mudança, concedendo 3 minutos para cada Parlamentar, pois ainda temos muitos inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, tive uma felicidade maior do que a do Líder do Governo. Já fui recebido pelo Ministro do Planejamento. Sou muito grato por isso, porque tivemos oportunidade de discutir problemas da mais alta relevância para o País.

Continuo batendo na tecla da contagem da população brasileira e do Censo Agropecuário. A importância do censo para o planejamento estratégico do nosso País é de grande importância. V.Exa. disse que o Ministério e o Governo Federal não tinham aqueles recursos e entendo que eles devem ser compartilhados e atribuídos a todo o povo brasileiro.

Além do Censo Agropecuário, temos a contagem da população. Pela Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, entre um censo e outro, no quinto ano, o IBGE tem de fazer a contagem da população brasileira. E na proposta original daquele órgão havia recursos suficientes para o início da contagem da população. O Ministério os cortou. Já estive com V.Exa., Ministro Paulo Bernardo, nosso ilustre colega, discutindo até alternativas para fazer um censo de parte da população, aliás, a contagem daqueles Municípios que têm chance de mudar de coeficiente no Fundo de Participação dos Municípios. No entanto, conversando hoje com o Presidente do IBGE, disse-me ele que é impossível, porque a lei manda fazer a contagem. Prefere descumpri-la no total e não cumpri-la parcialmente.

Portanto, já apresentei sugestão, tanto ao IBGE quanto ao Ministro do Planejamento, para que façam a recontagem apenas de 42 milhões, o que será muito importante para os Municípios do Brasil e para o planejamento do agronegócio brasileiro, responsável por 39% do PIB.

Além disso, Sr. Ministro, vejo desinteresse generalizado do Governo e dos empresários em relação à reforma tributária. Na última quarta-feira, participei de uma reunião — e o Presidente desta Comissão estava presente — na CNI, quando o Presidente disse que a essa altura os empresários não mais têm interesse na reforma tributária. Por quê? Eles entendem, dentro daquela agenda mínima, que a reforma tributária, como apresentada nesta Casa ou como veio do Senado Federal, vai contribuir para o aumento da carga tributária do País.

Sr. Ministro, como fica o 1% prometido aos Prefeitos do Brasil? Este 1% dá 1,5 bilhão não previsto no Orçamento. Ainda não foi aprovado, mas é um compromisso do Presidente da República com os Prefeitos do Brasil, que voltarão a esta Casa na próxima semana para realizar grande movimentação nacional. Mais de 3 mil Prefeitos estarão presentes para cobrar um compromisso assumido em dezembro de 2003 e que vem sendo sucessivamente adiado pela não-aprovação da reforma tributária.

Verifiquei o Orçamento de investimento da União. Fiquei com inveja das estatais. O da PETROBRAS é de quase o dobro da União. Nos Estados mais pobres os percentuais *per capita* dos investimentos são inferiores aos das regiões mais ricas.

Hoje, a pedido de várias lideranças do Brasil, no último dia de recurso, contestando o dado da reestimativa da população brasileira feita pelo IBGE, apresentei 160 recursos administrativos, inclusive de alguns Municípios do seu Estado onde faltam entre 3 e 7 habitantes e do meu Estado onde faltam 15 habitantes, para mudar de faixa e ter um ganho adicional de 100 a 120 mil reais por mês.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - A eficiência, como sempre, Deputado Júlio Cesar, acompanha V.Exa.

Com a palavra o Deputado Miguel de Souza.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA** - Sr. Presidente, caro Ministro, Sr. Relator, companheiros, já foi bastante explicada, mas é bom repetirmos, até porque estamos no Parlamento, a questão da execução orçamentária do exercício de 2005.

Hoje, fiz questão de tirar o acompanhamento da execução. O Ministro vai atender naturalmente o aumento da ineficiência, mas nós observamos que apenas 42,63% representam valores de realização orçamentária. O Orçamento para o País equilibrar as regiões mais pobres é de apenas 6,44%, como já dito. Foi liberado apenas 1 bilhão e 420 milhões do nosso Orçamento aprovado e empenhado apenas 5.703, enquanto realmente na eficiência do pagamento dos juros da dívida já pagamos 55 bilhões, 836 milhões. Temos sido bastante eficientes em pagar os juros da dívida, enquanto as obras de investimento ficam a desejar.

Sr. Ministro, falamos muito nas emendas individuais, naquelas que V.Exa. tanto acompanhou aqui na condição de Presidente. V.Exa. sabe que as emendas individuais dos Parlamentares não chegam a 1 bilhão e 800 milhões. Se forem Incluídos os Senadores, chegaremos a 2 bilhões e 100 milhões. É muito pouco quando se fala no todo. E há ainda as emendas de bancada. São 6 bilhões de emendas de bancada no Orçamento aprovado de 22 bilhões para investimento.

Há má vontade, Sr. Ministro, com o Parlamento na liberação de emendas. Elas foram criadas com o objetivo de levar benefício às comunidades necessitadas, depois de observadas suas carências. Elas são para o atendimento aos postos de saúde, escolas, construção de estradas etc. Enfim, elas visam ao atendimento diário das necessidade da comunidade. É triste observamos que elas não estão sendo atendidas no Orçamento. Com certeza, não teremos condições de fazer os investimentos necessários para o exercício de 2005.

O ano de 2006 vai ser curto, porque é época de eleições. O Orçamento tem de ser executado praticamente todo até junho. Se não executamos 2005, muito menos, 2006. O que já se vê no Orçamento, com certeza não vamos conseguir executar.

E há ainda, Sr. Ministro, a preocupação maior com o sucateamento das Forças Armadas, com o contingenciamento, principalmente dos recursos do Lloyd Brasileiro e da nossa Marinha. Aprovamos o Estatuto do Desarmamento. Podemos até desarmar os cidadãos, mas não podemos desarmar nossas Forças Armadas. São elas que dão segurança ao País.

Esse contingenciamento da Marinha é bastante significativo. Hoje, para fazer essa reserva de contingência, tem que estar praticamente parada a metade dos seus navios, parada toda a sua força-tarefa. E o Orçamento indica ainda a redução de 20% para as nossas Forças em 2006.

Gostaria, Sr. Ministro, de ouvir uma palavrinha de V.Exa. com relação a esse contingenciamento das nossas Forças Armadas, em especial os Lloyds da Marinha do Brasil. Não podemos permitir que desarmem as Forças Armadas. Vamos desarmar apenas os cidadãos. Infelizmente, os bandidos estão soltos, mas vamos fazer com que possa acontecer essa execução orçamentária, em especial das nossas emendas individuais e de bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, prezado Ministro Paulo Bernardo, é uma satisfação tê-lo na Casa mais uma vez.

Inicialmente, Sr. Ministro, quero referir-me a 2 questões que estão preocupando servidores públicos, que já vêm há meses em processo de negociação em relação às suas carreiras e às suas reintegrações ao serviço público.

Gostaria, em primeiro lugar, de ouvir de V.Exa. qual é a previsão do Ministério do Planejamento para que seja concluído o processo do Plano de Carreira dos Servidores do Ministério da Cultura. Como foi aqui apresentado, esse Ministério é um dos primos pobres da nossa distribuição do Tesouro Nacional, embora venha demonstrando enorme capilaridade e capacidade de execução do seu próprio orçamento. Então, a primeira questão era dar previsão, por parte do Ministério do Planejamento, da garantia de recursos, para que seja concluído o processo e implantado o Plano de Carreira dos Servidores do Ministério da Cultura.

Há outra urgente questão que nos preocupada: os anistiados. Alguns casos já chegaram ao último ponto para que pudesse assegurar a reintegração desses servidores, mas tem havido dificuldades. Refiro-me especialmente ao caso dos anistiados da CBTU, que em alguns Estados já foram convocados para a realização de exames de saúde e, repentinamente, não foi concluído esse processo. Alguns anistiados da CBTU estão passando por extrema dificuldade. Então, seria importante ouvirmos se está sob a órbita do Ministério do Planejamento ou especificamente depende de uma definição orçamentária do Ministério das Cidades, já que a CBTU é vinculada a esse Ministério.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No tocante à matéria orçamentária, não me vou alongar muito. Temos 4 situações que devem ser analisadas conjuntamente. Por mais que nos esforcemos para analisar cada uma das lâminas aqui apresentadas, não conseguiremos fechar um entendimento da atual situação das contas, da capacidade de investimento e do processo de gestão do nosso endividamento.

Já recebemos periodicamente o Presidente do Banco Central e o Secretário do Tesouro Nacional. Quero, portanto, levantar a seguinte questão: por que ainda estamos apresentando a mensagem orçamentária, os relatórios do Tesouro Nacional sem apresentar o conjunto das despesas? Porque essa nomenclatura que separa o primário da despesa de natureza financeira falseia aos olhos da sociedade para onde vai efetivamente a carga tributária que o País arrecada da sociedade.

Estamos agora, segundo as lâminas, apresentando algumas variações positivas num conjunto de despesas, inclusive do ponto de vista das políticas sociais. Não estão, contudo, claras as despesas de pessoal e encargos sociais, que vão consumir 22,86%. Inclusive, nas planilhas que apresentam os valores não são claras, para que a sociedade possa comparar, as despesas com os encargos da dívida pública. E por mais que se diga que os 860 bilhões para o refinanciamento da dívida não causam impacto, causam sim, porque quando se faz a rolagem da dívida e os juros são a ela incorporados, os juros futuros vão incidir sobre esse novo estoque. É evidente que por mais que se diga que estamos reduzindo a 51% a dívida líquida do setor público em relação ao PIB, se separarmos a parte externa — e hoje, por coincidência, matéria do jornal *Valor Econômico* faz mais uma vez menção a essa modificação —, a apreciação cambial foi quem de fato fez sairmos de 61 para 51%. A dívida pública interna pela emissão de títulos no mercado subiu e está chegando a um estoque descontrolado. Não dá para justificar que a única meta de controle da dívida é a sua relação com o PIB, porque ela vem crescendo do ponto de vista absoluto em percentuais acima de qualquer outro, de qualquer outra despesa. Se compararmos em quanto cresceu nas despesas do Tesouro Nacional, do orçamento fiscal e quanto cresceram as despesas de pessoal, investimento, discricionárias etc., em quanto cresceu a despesa com os encargos da dívida, veremos que é descomunal. Não nos podemos enganar e achar que apenas com a variação cambial a dívida cai. O fato é que do ponto de vista interno ela vem crescendo de maneira absolutamente descontrolada.

Pergunto ao Ministro: por que ainda apresentamos a matéria orçamentária fazendo essa falsa dicotomia? Por que não há essa disposição de apresentar o conjunto das despesas? Por que tratar de forma privilegiada, segmentada as despesas com os encargos da dívida? Não é justo, não é ético, não é democrático para a sociedade entender para onde vai o fruto da carga tributária, como tão bem explicado por um Deputado que me antecedeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Com a palavra o Deputado Almir Sá. (Pausa) Ausente.

Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra. (Pausa) Ausente.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

**O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE** - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Dr. Ariosto, Sr. Relator, quero rapidamente fazer algumas perguntas ao Ministro. Uma delas o Deputado Paulo Rubem Santiago já fez, mas queria ampliá-la. Trata-se da pergunta relativa aos servidores públicos. A previsão orçamentária colocada no texto original é de um incremento de 6,5 bilhões de reais. Indago: esse é o montante de recurso total ou ainda poderemos contar com incremento de parte das receitas eventuais? É possível, de fato, contar com isso? O Governo de fato pretende trabalhar com as duas variáveis do plano de carreira para categorias específicas e com o reajuste linear?

A segunda pergunta diz respeito ao Distrito Federal. O fundo constitucional do Distrito Federal tem uma previsão de 5 bilhões, quase 300 milhões de reais, um incremento, de acordo com a variação de receita corrente líquida, da ordem de 18%. O Governo Federal tem alguma disposição de tratar com o Governo do Distrito Federal? Qual a proposta de política, sobretudo para o servidor, uma vez que 95% desses recursos destinam-se ao pagamento de servidores públicos como também à contratação de novos servidores? Qual é de fato a proposta e o planejamento que o Governo local tem para esse segmento que se utiliza dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal?

A terceira pergunta que quero fazer é sobre a proposta, que considero inovadora e positiva: a reserva proveniente do excesso dos 16% da receita administrada.

Qual é o critério usado pelo Ministério na distribuição — desoneração de tributos, risco da Previdência, aumento de pessoal, encargos e investimento? O Ministério adotou um método para distribuição desse eventual excesso. Qual é esse método? Ele tem alguma alteração? Esses números são passíveis de serem remanejados, mantendo o seu total? Eram essas as perguntas que queria fazer.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Obrigado, Deputado.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - O Deputado Júlio César cita uma série de pontos sobre a contagem da população e o censo agropecuário.

Com relação à contagem, Deputado Júlio César, V.Exa. mandou uma proposta que parece ter sido enviada também para o IBGE. Não sei se ela é viável, mas considero muito criativa, muito bem feita. Por isso pedi que fosse examinada.

Estamos discutindo tanto a contagem da população quanto o censo. Temos um problema. Estamos esbarrando no custo. No caso do censo agropecuário, se não me engano, são 422 milhões de reais; a contagem, algo perto de 480. São 470 milhões de reais.

Divergimos do IBGE com relação a esses projetos — já dissemos isso ao pessoal de lá. Eles acrescentaram, tanto na proposta de contagem como na de censo, expressivos investimentos. Contudo, duvidamos se eles são necessários. Para a contagem não é necessário comprarmos 5 mil *laptops*. Isso é apenas um exemplo. A idéia é fazermos a contagem primeiro e, na seqüência, fazer o censo agropecuário. O próprio IBGE concorda que é preciso um pouco de recursos — algo em torno de 60 milhões — para fazer todo o trabalho preparatório num ano e depois no segundo fazer o censo propriamente dito.

Com relação à reforma tributária, há uma concordância do Governo. Concordamos em incluir um repasse do aumento de um ponto percentual do FPM. V.Exa. participou ativamente dos debates das mudanças que estavam sendo feitas — aliás, a maioria dos Parlamentares deles participou ativamente. Estamos propondo medidas importantes com impacto na economia dos Estados. Estamos propondo unificar a legislação do ICMS, as regras, o que vai acabar com a guerra fiscal e unificar as alíquotas.

O Governo concordou em criar um Fundo de Desenvolvimento Regional como compensação, em função da reclamação justificável dos Estados de que, não tendo condições de atrair empresas, poderiam ser prejudicados. Concordamos em incluir esse Fundo de Desenvolvimento Regional e aumentar em um ponto percentual o repasse dos Municípios. Esses aumentos são decorrentes da reforma tributária. Portanto, não posso, de forma alguma, concordar em destacar isso. Tenho me reunido com Prefeitos e dito a eles claramente que não concordo com isso. Temos de aprovar a reforma tributária. O contribuinte tem de ganhar alguma coisa nessa história.

Vamos unificar as alíquotas, a legislação e acabar com essa barafunda toda de 27 legislações diferentes e 44 alíquotas, simplificar e abrir caminho para, na seqüência, implementar o imposto sobre valor agregado. Com a legislação unificada, será possível fazer isso. E os Municípios vão ganhar um repasse maior, os Estados vão ganhar um fundo de desenvolvimento regional. Acho que é uma discussão justa. Estamos de acordo com isso.

Não concordo em fazer o destaque e aprovar apenas o repasse. Será mais uma conta para o Governo Federal. Não vejo vantagem alguma votarmos isso, com toda a franqueza. Reporto-me às cobranças de alguns Parlamentares que falaram da necessidade de conter o crescimento de gastos da União. Isso está dentro dessa discussão.

Queremos aprovar com os 2 fundos, mas não vejo muito sentido em fazer isso de maneira destacada. Seria dar uma garfada na viúva sem a correspondente contrapartida, que seria a simplificação do sistema tributário.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Sr. Ministro, a guerra fiscal e a legislação do ICMS são problemas dos Estados. A União se comprometeu com os Municípios a ceder 1% do que lhe pertence.

Em relação ao Fundo de Desenvolvimento Regional, concordo com V.Exa., porque foi para compensar eventuais perdas pela tributação do ICMS no destino, principalmente nos Estados mais pobres. Com relação ao 1% dos Municípios, não. A União concordou simplesmente em tirar do IPI e do Imposto de Renda, que hoje é 22%, aumentar mais 1 ponto percentual e chegar a 23,5%.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Dirirjo de V.Exa. Não concordo que seja uma proposta autônoma, tanto que foi incluída no bojo do debate sobre a reforma tributária.

Repito: estamos de acordo em votar o conjunto, inclusive o repasse maior para os Municípios; mas não fazer isso destacadamente. Pelo contrário, eu não apoiaria. Alguns Estados são contra, principalmente os do Centro-Oeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Dimas) - Não vamos tratar de reforma tributária, mas fazer um breve comentário. Na verdade, a posição é contrária não exatamente ao Estado, porque acaba com a possibilidade de incentivo fiscal claramente, mas também porque eleva a carga tributária mesmo. Unificando as alíquotas, todos os Estados vão colocá-las na faixa superior. Ninguém vai ter estimativa de perda de receita. É diferente.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Júlio Cesar tem razão. O Fundo de Desenvolvimento Regional foi criado para tentar barrar eventuais perdas que não irão acontecer. Crescerá a arrecadação de todos os Estados, mas os menos desenvolvidos terão, sem dúvida alguma, dificuldade na atração de novos investidores. Uma reforma tributária possível está com a Lei Geral de Micro e Pequena Empresa. Como trata disso o Ministério?

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Primeiro, concordo. Isso é uma coisa importante. Estamos discutindo hoje os parâmetros de tamanho de empresa, de faturamentos que serão incluídos na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Se houver acordo sobre isso, o Governo apoiará a tramitação, mas há algumas pendências, o que é natural num projeto dessa envergadura. O projeto é importante porque significa simplificação e menor carga tributária. Vai regulamentar uma coisa que está na Constituição: o tratamento diferenciado para a microempresa.

Sr. Deputado Ronaldo Dimas, temos de fazer um esforço para chegar a um acordo sobre esses parâmetros e fazer a votação. A posição do Governo é essa também.

Com relação às ponderações do Deputado Miguel de Souza sobre o contingenciamento da Marinha, temos constantemente conversado sobre o Orçamento com os nossos membros da Marinha Brasileira, o comandante e os representantes designados por ele. Temos procurado tratar e resolver as questões. Acabamos de mandar para cá um crédito de 142 milhões, remanescente de um debate que tínhamos com eles. Trata-se de um crédito suplementar para investimento. Parece-me que já está nesta Comissão.

Quanto à execução de 2005, repito: estamos realmente atrasados. Temos de acelerar — e vamos fazê-lo. A partir da próxima semana, vamos organizar um conjunto de oficinas de discussão. Vamos nos sentar com os Ministérios, com os órgãos responsáveis pelas suas áreas, fazer um trabalho de avaliação dessa execução e apoiá-la.

A pergunta do Deputado Paulo Rubem Santiago é sobre os servidores da cultura. Fizemos um acordo com eles depois da greve. Temos um projeto pronto resultante desse acordo, que deve ser enviado nos próximos dias. O projeto está na fase final de avaliação em nossa Consultoria Jurídica. O reajuste acordado é para vigorar no próximo ano. O Congresso terá tempo suficiente para examiná-lo.

O Deputado Wasny de Roure perguntou sobre os servidores de maneira geral.

Estamos planejando — aliás, estamos executando — uma política de fazer negociações setorializadas. Temos uma mesa de negociação nacional, mas temos feito negociações setoriais com as categorias e procurado obter resultados compatíveis com a realidade. Nos lugares onde os servidores estão com salários mais baixos, mais defasados, há mais tempo sem reajuste, estamos procurando fazer uma concessão maior. Às categorias que já tiveram reajuste não vamos fazer concessão no momento.

Quanto aos anistiados da CBTU, Deputado Paulo Rubem, ficarei devendo a resposta. Depois a encaminharei para V.Exa. Não sei o exato ponto em que se encontra esse projeto. A maioria dos anistiados está no Rio de Janeiro. Não temos trens urbanos da CBTU no Rio de Janeiro. Esse era um óbice a ser vencido. Não sei mais em que ponto está a questão. Preciso verificar e dar um retorno para V.Exa. depois.

Com relação ao fundo do Distrito Federal, esclareço que a dotação para o próximo ano é de 5 bilhões 250 milhões de reais. Isso significa 800 milhões a mais que neste ano. Não interferimos na negociação salarial do Governo do Distrito Federal com seus servidores. Seria uma intromissão indevida. Portanto, dentro desse limite, eles têm autonomia para gastar o fundo e podem fazer isso mediante negociação salarial, em alguns casos, em investimento. Portanto, o Governo Federal não participa desse debate sobre os reajustes dos servidores do Distrito Federal — felizmente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Osvaldo Coelho.

**O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Pediria apenas que fossem breves.

**O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE** - É apenas para uma rápida indagação ao Ministro Paulo Bernardo. Perguntei a S.Exa. sobre os critérios da distribuição do excesso da receita administrada de 16%. Há essa previsão, e o Ministério estabeleceu uma proposta na parte da desoneração, questão da Previdência, aumento com o pessoal e investimento.

Quero saber qual é o critério da distribuição.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. MINISTRO PAULO BERNADO** - É verdade. V.Exa. fez essa pergunta. Fizemos uma distribuição seguindo os critérios especificados na LDO enviada para o Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional. Os valores da distribuição foram acertados depois de consulta. Achávamos que deveríamos dispor de alguma reserva a título de risco de aumento de despesa ou de diminuição de receita da Previdência, o chamado risco previdenciário. Alocamos, então, 1 bilhão e 200 milhões. E o tínhamos feito inicialmente para desoneração. Quando percebemos o erro do Imposto de Renda, acrescentamos toda aquela dotação, tanto que foi para 2 bilhões e 600, quase 2 bilhões e 700. Alocamos 1,5 bilhão para reajuste pessoal, além dos 6,5 que aumenta a folha, e sobraram 602 milhões, alocados para investimento. Portanto, na verdade, procuramos fazer uma distribuição parcimoniosa baseada no bom senso e na possibilidade de risco que tínhamos em cada uma dessas áreas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Osvaldo Coelho.

**O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, imagino a dimensão de sua responsabilidade à frente do Ministério do Planejamento. E começo a achar que V.Exa. tem razões bastantes para se sentir seguro à frente do Ministério. Já passou por esta Casa, já passou por esta Comissão e está preparado. Porém, a missão de V.Exa. é enorme, pois será julgado pela história. Os outros Ministros poderão não o ser, mas V.Exa., sim, porque sua pasta tem muito a ver com a visão futura, a visão estratégica do País.

V.Exa. tem de compatibilizar tudo o que os outros Ministérios pedem e, mais do que isso, ter uma visão estratégica do País das suas inovações, da sua modernidade e tudo o que representa nos dias atuais uma requisição da nossa sociedade. Esta Comissão é uma tábua de xadrez com representações e visões do Brasil de todas as maneiras. Uns falam da receita; outros, da despesa; outros, dos interesses corporativos; outros, do problema regional.

Chamo a atenção de V.Exa. para um problema regional, sufocado, enterrado: a extinção da SUDENE e o sepultamento da CODEVASF, instituição que cuidava dos interesses regionais.

Epitácio Pessoa tentou combater as conseqüências da seca, minorá-los. Depois, veio Artur Bernardes e não levou esse programa em frente. As obras feitas tornaram-se cemitérios no Nordeste.

O atual Governo está no mesmo caminho. Veja V.Exa: ao Pólo Petrolina Juazeiro, ao Projeto Pontal, ao Canal do Sertão, a Salitre, ao Baixio do Irecê, neste ano, o Governo destinou, na proposta orçamentária, zero de recursos. Ou seja, V.Exa. insiste na proposta de mandar-lhes quase zero — para o Canal do Sertão, zero; para o Pontal, uns trocados; para o Salitre; um pouquinho de dinheiro.

O Governo anuncia que as obras em andamento terão prosseguimento, mas pára todas elas.

Nessa região, Sr. Ministro, não existe agricultura nenhuma que não seja a da irrigação. Lá é mais do que semi-árido, lá é árido, lá não chove. Não tem nada que empregue mais do que a irrigação. Um hectare irrigado gera 4 empregos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, o assunto de V.Exa. é da maior importância. No entanto, o tempo já está avançado.

**O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO** - Vou concluir, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, veja V.Exa. que, em todos os Governos, todos os candidatos falam em emprego. Cada hectare irrigado gera 4 empregos no mínimo. Agora, estanca-se essa fonte de emprego.

Dentro dessa estratégia e da visão de futuro, a medida que V.Exa. toma à frente do Ministério não cuida nem um pouco da irrigação. V.Exa. se submete a um julgamento muito desfavorável, mas acho que há meios de corrigir isso.

O projeto orçamentário para 2006 e o projeto de revisão do PPA disponibilizam para o Pontal 4 milhões e, para o Canal, 3 milhões. Mas a proposta que veio para cá, contrariando o PPA e a LDO, concede zero recursos e 800 mil reais, em lugar de 4 milhões de reais.

Isso dará trabalho ao Relator e ao Presidente. É uma desobediência legal o que está acontecendo, para desgosto de nós todos.

Desejo que V.Exa., com a experiência que tem, como Parlamentar à frente do Ministério, tenha a oportunidade de servir bem a nosso País, na sua inteireza: semi-árido, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, toda a Nação brasileira.

É essa a advertência que faço a V.Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Cezar Silvestri.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI** - Sr. Presidente, Ministro Paulo Bernardo, Sr. Relator, Srs. Deputados, primeiramente, quero falar da satisfação por estar à frente de um órgão da



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

importância do Ministério do Planejamento um paranaense que, além de nosso amigo, é uma pessoa extremamente competente, que muito honra o Paraná.

O Ministro Paulo Bernardo sabe da importância da agropecuária para o Estado do Paraná e também para a nossa Nação. Tanto é que hoje a agropecuária representa 37% dos empregos gerados no País e 47% do superávit primário da balança comercial.

Acompanhei agora os comentários sobre a proposta orçamentária para 2006 e verifiquei que o Ministério de Desenvolvimento Agrário obteve um acréscimo, no Orçamento para 2006, da ordem de 682 milhões. Não questiono isso. Muito pelo contrário, parabenizo o Governo e acredito que poderia receber um incremento ainda maior.

Com relação ao Ministério da Agricultura, Ministro Paulo Bernardo, o acréscimo foi ínfimo. Hoje, o valor acrescido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário é praticamente o total do valor que está assegurado ao Ministério da Agricultura.

V.Exa. e todos os Parlamentares sabem que hoje o Brasil é o maior exportador do mundo de soja, de café, de carne de frango e de carne bovina. Este ano de 2005, corremos um risco muito grande de perder todos os avanços que conquistamos ao longo dos últimos anos, em virtude da falta de recursos para o Ministério da Agricultura, mais especificamente para o Departamento de Sanidade Animal. Muitos convênios com os Estados foram cancelados por falta de recursos.

O apelo que faço a V.Exa. é para que reforçemos o orçamento do Ministério da Agricultura pelo menos com a metade do que foi acrescido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Peço a V.Exa. que nos dê a garantia de que o Ministério do Planejamento não vetará uma proposta nesse sentido e que, desde já, possamos fazer um trabalho conjunto com o Relator, Deputado Carlito Merss, com o objetivo de acrescentarmos pelo menos 300 milhões de reais ao Ministério da Agricultura.

Na minha avaliação — e gostaria de ouvir a sua opinião —, esses recursos poderiam vir do diferencial que houve entre o percentual de 25% para 27% no Imposto de Renda. Poderíamos também usar 300 milhões de reais de outra fonte, de comum acordo com o nosso Relator, que, tenho certeza absoluta, também será sensível a essa questão de aumento de recursos, até porque, em Santa Catarina, o setor da agropecuária tem uma importância muito grande na economia do Estado e também na geração de empregos.

Faço, portanto, esse apelo, no sentido de que V.Exa. e sua equipe não vetarão uma proposta nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o último inscrito, Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Fui o primeiro a falar, mas me inscrevi novamente.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., o digníssimo Ministro Paulo Bernardo, o Secretário de Orçamento Federal, Ariosto Antunes Culau, o Relator-Geral, Deputado Carlito Merss, e os demais Parlamentares.

Sr. Ministro, chegou-me à mão um estudo que basicamente mostra os recursos aprovados e disponibilizados, teoricamente, no exercício corrente e a proposta para o ano que vem. Vemos que, nos investimentos, há uma queda de mais de 35% do proposto inicialmente.

Fiquei preocupado quando vi que o Ministério da Agricultura tinha sua programação bastante aquém do que é hoje. Foram reduzidos mais de 67% dos recursos — o nobre Deputado que me antecedeu abordou muito bem o assunto. O Ministério da Ciência e Tecnologia ficou com menos de 40% dos seus investimentos; o da Educação, recebeu menos 13%; o da Saúde, menos 30%.

Isso não nos preocupou tanto quando buscávamos, na reserva de contingência, o aporte ali efetivado, que totalizava mais de 26 bilhões de reais. No entanto, estamos vendo que essa reserva de contingência é basicamente constituída de mais de 16 bilhões de recursos do FDCT, Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Apesar de ser receita própria, 1 bilhão e 200 milhões de reais já estão praticamente esterilizados para constituir o fundo do superávit primário.

Vemos aqui também, com preocupação, que valores bastante significativos de alguns fundos importantes também servirão para constituir superávit primário. Cito o exemplo do FAT, com mais de 8 bilhões de reais. No caso da Agência Nacional de Petróleo, são mais de 2 bilhões de reais, além de outros. Só esse conjunto daria mais de 16 bilhões de reais.

Sabemos que o superávit primário tem de sair de algum lugar, e esse é um ponto. Mas talvez estejamos muito duros. Sei que ainda contaremos com o trabalho do Relator-Geral, com as emendas,



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com as observações dos Parlamentares e de cada equipe para que se mude esse panorama. Ele é preocupante.

Sr. Ministro, quero dividir com V.Exa., com os técnicos do Ministério do Planejamento, onde já servi por muitos anos e conheço bem, e principalmente com o Relator-Geral, os problemas levantados ontem numa reunião, no interior de Minas Gerais, quando mais de 2.500 produtores rurais se reuniram com Parlamentares mineiros. Inclusive o Deputado Ronaldo Caiado nos deu a honra de estar presente.

Realmente, a preocupação no norte de Minas, hoje o maior pólo produtor de gado de corte, era exatamente o endividamento impagável dos produtores junto aos bancos. Os produtores de médio e grande porte praticamente estão sucumbindo num setor que foi tão vital para a economia brasileira nos últimos 10 anos. Lembro-me também do Estado de Mato Grosso, onde hoje a produção de soja não vai tão bem. Há problemas com outros grãos e com o próprio trigo. Imaginamos as dificuldades que teremos pela frente.

Daí também a minha preocupação e o meu apelo para que as autoridades constituídas possam prever possibilidades e superar os grandes desafios que teremos pela frente e as reações que se preparam para entrar em ação.

Ontem, mais de 2.500 produtores participaram do evento. Vi em cada um a agonia, o desespero e a deliberação efetiva de, havendo um movimento nacional, estarem altamente engajados para buscar alternativas de sobrevivência.

Quero, portanto, registrar essa posição na Comissão. Acho que o ambiente político será decisivo, principalmente para este segmento, mas ressalto também a importância das universidades públicas que estão caindo aos pedaços por falta de investimento, de reposição do capital aplicado, como também das nossas rodovias. Enfim, temos consciência de todos esses problemas de infraestrutura e estamos sofrendo diariamente os reflexos negativos de tudo isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale, único reinscrito.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, tratarei de um assunto já abordado pelo Ministro. Espero, no entanto, merecer de S.Exa. atenção especial para o que foi acordado com a Comissão quanto às emendas individuais, em execução para o ano, sem contingenciamento.

Até admito que áreas, como saúde, educação e a área social tenham um tratamento diferenciado e mereçam, da parte do Governo, atenção especial. Até posso admitir outras áreas fiquem para um segundo momento. Quero lembrar à Comissão, no entanto, a reivindicação da Marinha do Brasil, que está sendo sucateada.

É preciso chamar os comandantes das Forças Armadas — que aguardam aumento desde 1º de outubro — para sabermos por que estão sucateando esses navios.

Ouvi discurso no Senado sobre uma aeronave parada na Aeronáutica em razão da falta de peça de reposição. Estão sucateando a Marinha, a Aeronáutica e o Exército. Inclusive, foi uma tropa lá para o meu Estado, quando do episódio de Anapu, que sequer tinha dinheiro para a comida.

O Ministro poderia perfeitamente ajudar a Marinha, o Exército e a Aeronáutica — e o País —, se chamasse esse pessoal para uma conversa. O Ministério teria informações sobre as dificuldades e resolveria a situação, porque dos 23% que ficaram acertados, seriam pagos 13% a partir do mês de outubro. Mas já estamos chegando em outubro e nenhuma providência foi tomada. Quanto aos restantes 10%, a serem pagos no ano que vem, não estou vendo espaço no orçamento para essa previsão.

São esses os pontos para os quais eu queria chamar a atenção do Ministro. Solicito ainda a S.Exa. que não permita o contingenciamento, principalmente, de emendas voltadas para saúde, educação e área social.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Sr. Presidente, quero me dirigir ao Deputado Osvaldo Coelho. Sinceramente, não vou conseguir responder, com o detalhamento que merecem, às questões sobre irrigação, muito bem levantadas por V.Exa. Devo dizer, no entanto, que concordo com a forma como elas foram colocadas e com a importância desse tipo de investimento.

Não conheço o eixo de Petrolina, mas ouço V.Exa. falar a respeito dele nesta Comissão há muitos anos. Quero inclusive que V.Exa. me convide para fazer uma visita, conhecer a região. Comprometo-me, antes disso, a fazer uma análise mais aprofundada, dar a V.Exa. um retorno sobre



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esses projetos, sobre o Canal do Sertão, enfim, sobre as questões apresentadas. Vamos continuar esse diálogo sobre a questão da irrigação e sobre os projetos que V.Exa. está me cobrando.

O Deputado Cezar Silvestri, meu conterrâneo, abordou a questão do orçamento para a agricultura. Estamos estudando, em conjunto com o Ministério da Agricultura, como melhorar o limite de execução para este ano, 2005. Reconhecemos que há necessidades ainda não atendidas e que precisam ser resolvidas. Temos tratado do assunto com o Ministro Roberto Rodrigues e sua equipe. Na próxima reprogramação deveremos resolver parte dessas demandas.

Com relação ao Orçamento de 2006, considero que a agricultura teve razoável aumento de recursos. Foram destinados ao setor em torno de 185 milhões de reais. Na verdade, creio que não é o caso de comparar esse montante com o destinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável por determinado tipo de gasto com reforma agrária e aquisição de terras. Em geral, são gastos muito mais altos do que os investimentos feitos pelo Ministério da Agricultura.

Há uma pendência com o Ministério da Agricultura para 2006, que ainda precisa ser resolvida: o tamanho das operações oficiais de crédito. Isso está sendo discutido com o Ministério da Fazenda, mas já foram destinados mais recursos para defesa sanitária — cobrança constante da bancada ruralista. Alocamos 45 milhões de reais para implementar o seguro rural de fato a partir do ano que vem.

V.Exa. levanta a possibilidade de esta Comissão modificar o Orçamento, hipótese para a qual estamos plenamente abertos, até porque se trata de competência do Congresso Nacional dizer como ficará o Orçamento, a peça orçamentária. Depois da tramitação, gostaríamos de ser convidados para as exposições. Entendemos que o debate está a cargo do Congresso Nacional. Essa é uma atribuição do Congresso, e tenho certeza de que V.Exas. farão o melhor trabalho.

O Deputado Márcio Reinaldo Moreira comparou a Lei Orçamentária de 2005 com a proposta que estamos discutindo. Realmente, há uma diferença no item Investimentos, mas isso se deve ao grande volume de emendas no ano passado. E V.Exa. sabe bem disso. Eram aproximadamente 11 bilhões quando a proposta orçamentária aqui chegou; quando saiu, porém, já estava com o valor em torno de 21 ou 22 bilhões de reais. Portanto, acho que precisamos aguardar a tramitação para debater essas questões. Tenho certeza de que faremos uma diferente avaliação no momento em que o Congresso aprovar a Lei Orçamentária para 2006.

Quanto à questão do superávit primário, V.Exa. fez uma série de ponderações, mas, ao mesmo tempo, já dava as respostas. Aliás, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, V.Exa. é um dos Parlamentares com maior conhecimento técnico sobre a matéria, de modo que concordo com suas ponderações. Temos de considerar o superávit primário como fator essencial da execução orçamentária. Creio que estamos de acordo nisso. Embora V.Exa. faça uma ponderação crítica, tenho certeza de que entende a importância do tema. Aliás, já conversamos em outras ocasiões sobre esse entendimento.

Com relação à dívida dos agricultores, por intermédio do Conselho Monetário Nacional, do FAT e do Banco do Brasil, fizemos várias mudanças para atender às necessidades que entendíamos pertinentes e justas, em função das perdas do setor agrícola neste ano. Acreditamos que pode não ter sido o suficiente e necessário, mas os agricultores não ficaram desassistidos. O Governo fez um esforço para socorrê-los, em razão das perdas que houve nesse ano.

O Deputado Cezar Silvestri acompanha bem a questão da agricultura. Nos últimos anos, o setor agropecuário teve ganhos expressivos. A agricultura, a agropecuária, de maneira geral, funciona dessa maneira, é normal. Quando há uma seca, há um período de mau tempo, uma frustração de safra, evidentemente precisa de socorro. Mas acredito que isso vá ser resolvido com o próprio andamento da safra atual e com as medidas que o Governo tem adotado.

O Deputado Anivaldo Vale pergunta novamente sobre o reajuste dos militares. Isso já respondi. Não sei se será via projeto de lei ou via medida provisória, mas vamos fazer a proposta de reajuste dos 13% a partir de 1º de outubro deste ano. Os 10% adicionais, a partir de agosto do ano que vem. Temos discutido com as Forças Armadas e com outros órgãos o nível de investimento necessário para não permitir o sucateamento. A Força Aérea acaba de adquirir aviões na França. Não conseguimos levar o projeto que era inicialmente ambicionado pela Aeronáutica, de comprar novos caças, mas acredito que os militares ficaram satisfeitos com a solução encontrada.

Sobre as emendas individuais, é compromisso do Governo executá-las. Já falei e vou repetir: vou levar desta reunião a cobrança feita aqui por V.Exa. e por vários Parlamentares, porque coincidentes. Também concordamos que precisa haver execução das emendas individuais. Portanto, vamos dar uma resposta para essa questão no final do ano.

Considero haver respondido às questões, Presidente.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Quero agradecer muito a deferência, a atenção e o carinho com que fui tratado nesta Comissão. Coloco-me à disposição, evidentemente, durante o processo de debate, de tramitação do orçamento, para voltar aqui e tratar com V.Exas., com o Senador Gilberto Mestrinho e o Deputado Carlito Meres à frente desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - A Mesa agradece pela presença ao Sr. Ministro Paulo Bernardo e equipe.